



UFBA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PROGRAMA DE ESTUDOS, PESQUISAS E FORMAÇÃO EM
SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA – PROGESP
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA

GABRIEL LIMA FRAGA

**LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E PODER PÚBLICO NA
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA: UM ESTUDO EM LAURO DE
FREITAS/BA**

Salvador- BA
2024

GABRIEL LIMA FRAGA

**LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E PODER PÚBLICO NA
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA: UM ESTUDO EM LAURO DE
FREITAS/BA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania.

Orientadora: Dr. (a) Ana Clara de
Rebouças Carvalho

Salvador- BA
2024

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F811 Fraga, Gabriel Lima
 Lideranças comunitárias e poder público na prevenção da violência: um
 estudo em Lauro de Freitas/Ba / por Gabriel Lima Fraga. – 2024.
 77 f. : il. color.

 Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Clara de Rebouças Carvalho.
 Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal da Bahia,
 Faculdade de Direito; Universidade Federal da Bahia – Escola de
 Administração, Salvador, 2024.

 1. Liderança Comunitária. 2. Violência – Prevenção – Lauro de Freitas
 (BA). 3. Segurança Pública – Lauro de Freitas (BA). I. Carvalho, Ana Clara de
 Rebouças. II. Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Direito. III.
 Universidade Federal da Bahia – Escola de Administração. IV. Título.

CDD – 342.0418

LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E PODER PÚBLICO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA: UM ESTUDO EM LAURO DE FREITAS/BA

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, da Escola de Administração/Faculdade de Direito, da Universidade Federal da Bahia, na Área de Concentração: Segurança Pública, Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão em Segurança Pública, aprovada em 16 de julho de 2024.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

ANA CLARA DE REBOUCAS CARVALHO

Data: 16/07/2024 16:28:20-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Ana Clara de Rebouças Carvalho – Orientador(a)
Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia



Documento assinado digitalmente

ALDER MOURAO DE SOUSA

Data: 18/07/2024 16:09:17-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Alder Mourão de Sousa
Doutor em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia



Documento assinado digitalmente

RICCARDO CAPPi

Data: 19/07/2024 09:43:22-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Riccardo Cappi
Doutor em Criminologia pela Université Catholique de Louvain

AGRADECIMENTOS

A Deus, que com sua sabedoria infinita me guiou com saúde e força até esta etapa.

Aos meus pais, Wilson Gomes Fraga e Gilvania Lima Fraga, e irmão, Felipe Lima Fraga, que sempre foram o segredo do meu sucesso, na condição de filho, profissional e estudante.

A minha mulher, Gersilane Cerqueira, que esteve ao meu lado participando de todas as etapas desta difícil caminhada.

Ao corpo docente da UFBA pela oportunidade de avançar no ambiente educacional e profissional em um mundo de possibilidades para a aprendizagem científica e potencializar um futuro diferente.

A professora Ana Clara de Rebouças Carvalho, orientadora que fez este caminho torna-se possível, com notável direcionamento no processo de construção deste experimento, possibilitando uma experiência enriquecedora para o meu crescimento como ser humano e profissional.

As autoridades do município de Lauro de Freitas, tendo como representante maior a Sra. Prefeita Moema Gramacho, pela disponibilidade e presteza no atendimento das demandas da presente pesquisa.

Aos amigos que me apoiaram durante as atividades curriculares, e entenderam a minha ausência nas horas mais difíceis.

E, a todos que contribuíram de forma direta e indireta para realização desse trabalho.

RESUMO

O presente estudo analisa a atuação das lideranças comunitárias organizadas em conselhos e associações no município de Lauro de Freitas/BA e sua interação com o poder público na formulação de políticas públicas de segurança voltadas para a prevenção da violência. A pesquisa considera o contexto da Política Nacional de Segurança Pública (Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018) e as demandas sociais por estratégias preventivas eficazes. Neste cenário, busca-se compreender de que forma essas lideranças, em parceria com o ente municipal, contribuem para a construção de práticas de segurança pública participativas e colaborativas, fundamentais para enfrentar a criminalidade e fortalecer a coesão social. No Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Lauro de Freitas aparece na relação de municípios com população igual ou superior a 100 mil habitantes com taxas de mortes violentas intencionais (taxa de 44,6%) superiores à média nacional (Brasil, 2021, p. 29-30). Nesse sentido, se estabeleceu como objetivo geral do trabalho, analisar os eixos de ação e interação das lideranças comunitárias e do poder público, no que diz respeito à formulação de políticas públicas de prevenção da violência no Município de Lauro de Freitas– Bahia. Para tanto, foram definidos como objetivos específicos: Realizar o mapeamento das lideranças comunitárias com atuação no Município de Lauro de Freitas, em especial, as organizadas em associações; Analisar os possíveis processos participativos das lideranças comunitárias e do Poder Público no cenário político Municipal. Do ponto de vista metodológico, este estudo se desenvolveu através método dedutivo e pesquisa descritiva. Quanto ao enfoque a pesquisa se caracteriza como quati-qualitativa, cujas técnicas preferencialmente mobilizadas são as entrevistas e questionários semi-estruturados com atores chave dos processos em análise. Os resultados da pesquisa destacam a necessidade urgente de enfrentar o aumento da violência, especialmente os altos índices de homicídios em Lauro de Freitas e em outras regiões do Norte e Nordeste. O estudo ressalta a importância do município na implementação de estratégias de segurança pública com vistas a minorar os índices de violência catalogados. Além disso, enfatiza-se o papel das lideranças comunitárias na prevenção da violência, sugerindo a integração delas em conselhos comunitários como uma abordagem promissora. A pesquisa revela a diversidade de percepções e contribuições das lideranças comunitárias, destacando a necessidade de uma colaboração mais estreita entre o poder público e esses líderes. Além disso, este estudo enfatiza a necessidade de fortalecer os mecanismos de participação cidadã, aumentar a transparência governamental, estabelecer conselhos e ouvidorias permanentes, desenvolver parcerias estratégicas e capacitar lideranças comunitárias e funcionários públicos. Essas medidas visam promover uma relação mais colaborativa e eficaz para melhorar a segurança e a qualidade de vida em Lauro de Freitas.

Palavras-chave: Liderança Comunitária, Prevenção da Violência, Segurança Pública Municipal.

ABSTRACT

The present study seeks to understand the level of engagement of the Municipal entity in issues related to public security, in view of the advent of the National Public Security Policy (Law No. 13,675, of June 11, 2018) and social demands for effective security actions. violence prevention. Given the need for changes in the public security portfolio, including with the perspective of the State's duty and everyone's responsibility, integrated action is expected between the Union, the States, the Federal District and the Municipalities in transversal actions and policies for the preservation of order and life. With the diversification of types of crimes and the increasing spread of violence, public security challenges are increasingly complex, with state actors being called upon to develop modern and effective strategies for the adequate treatment of demands. In the Brazilian Public Security Yearbook, Lauro de Freitas appears in the list of municipalities with a population equal to or greater than 100 thousand inhabitants with rates of intentional violent deaths (rate of 44.6%) higher than the national average (Brasil, 2021, p. 29 -30). In this sense, the general objective of the work was established to analyze the axes of action and interaction of community leaders and public authorities, with regard to the formulation of public policies to prevent violence in the Municipality of Lauro de Freitas – Bahia. To this end, specific objectives were defined: Carry out a mapping of community leaders operating in the Municipality of Lauro de Freitas, especially those organized in associations; Analyze the possible participatory processes of community leaders and Public Power in the Municipal political scenario. From a methodological point of view, this study was developed using a deductive method and descriptive research. Regarding the focus, the research is characterized as quati-qualitative, whose techniques preferably mobilized are interviews and semi-structured questionnaires with key actors in the processes under analysis. The research results highlight the urgent need to address the increase in violence, especially the high homicide rates in Lauro de Freitas and other regions of the North and Northeast. The study highlights the importance of the municipality in implementing public security strategies with a view to reducing the cataloged violence rates. Furthermore, the role of community leaders in preventing violence is emphasized, suggesting their integration into community councils as a promising approach. The research reveals the diversity of perceptions and contributions of community leaders, highlighting the need for closer collaboration between public authorities and these leaders. Furthermore, this study emphasizes the need to strengthen citizen participation mechanisms, increase government transparency, establish permanent councils and ombudsmen, develop strategic partnerships and train community leaders and public servants. These measures aim to promote a more collaborative and effective relationship to improve safety and quality of life in Lauro de Freitas.

Keywords: Community Leadership, Violence Prevention, Municipal Public Security.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AISP	Área Integrada de Segurança Pública
AMPS	Associação de Moradores Portão do Sol
CF	Constituição Federal
CIPM	Companhia Independente de Polícia Militar
Conseg	Conselho Comunitário de Segurança
DT	Delegacia Territorial
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSCIPs	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PLANESP	Programa de Segurança Pública e Defesa Social
PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RISP	Região Integrada de Segurança Pública
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPLANSEG	Secretaria de Ações Nacionais de Segurança Pública do Ministério da Justiça
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública

LISTA DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01	Número e taxa de homicídios no Brasil: Período: 2009 a 2019	13
Gráfico 02	Tempo de atuação como liderança comunitária	49
Gráfico 03	Contribuição das lideranças comunitárias	50
Gráfico 04	Principais desafios enfrentados pelas lideranças comunitárias	51
Gráfico 05	Motivação para atuação da associação ou comunidade	52
Gráfico 06	Representatividades das lideranças comunitárias	53
Gráfico 07	Interação das lideranças comunitárias e o Poder Público	54
Gráfico 08	Resultado dos processos participativos	55
Tabela 01	Taxa de Homicídios por estado	14
Quadro 01	Municípios prioritários (2019) x Territórios de Identidade	29
Quadro 02	Projetos BCS- Itinga	47
Quadro 03	Programas para o enfrentamento dos crimes em geral	57
Quadro 04	Programas para o enfrentamento do crime homicídio	58
Quadro 05	Programas voltados para a prevenção da violência	58
Figura 01	Mapa estratégico da Segurança Pública	27
Figura 02	Territórios de identidade da Bahia	28

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
2	A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: MARCOS CONCEITUAIS	18
3	O MUNICÍPIO COMO ENTE RESPONSÁVEL PELA SEGURANÇA DO CIDADÃO	25
4	PERCURSO METODOLÓGICO	30
5	AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DE LAURO DE FREITAS E OS CANALIS DE DIÁLOGO COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL	33
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS	63
	APÊNDICES	67

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DAS LIDERANÇAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA	67
APÊNDICE B – OFÍCIO COMANDO DA 81ª CIPM- ITINGA	71
APÊNDICE C – OFÍCIO COMANDO DA 52ª CIPM- LAURO DE FREITAS	74
APÊNDICE D – OFÍCIO CHEFIA DE GABINETE	76

INTRODUÇÃO

A questão da gestão da segurança pública no Brasil tem exigido do Estado diversos esforços no sentido de propor políticas capazes de limitar os efeitos da violência, bem como, da criminalidade. A problemática ganhou enorme destaque e está presente em debates que envolvem especialistas e a comunidade de uma forma ampla.

Em geral, temas como o aumento das taxas de criminalidade, da sensação de insegurança, a degradação do espaço público, a violência policial, etc., são mesclados aos precedentes históricos de uma segurança pública marcada pelo processo perverso de criminalização da pobreza e da miséria, dessocialização do trabalho assalariado, mercantilização das relações humanas e a ascensão de um Estado penal (Magnago, 2014).

Este avanço crescente da violência e a heterogeneidade das modalidades delitivas dificultam o trabalho dos órgãos de segurança legalmente constituídos, em especial, as polícias militares dos estados, responsáveis pelo policiamento ostensivo fardado, na forma do art. 144, § 5º, da CF de 1988.

O Atlas da Violência 2021 apontou que, segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2019 ocorreram 45.503 homicídios no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 21,7 mortes por 100 mil habitantes (Brasil, 2021, p. 11).

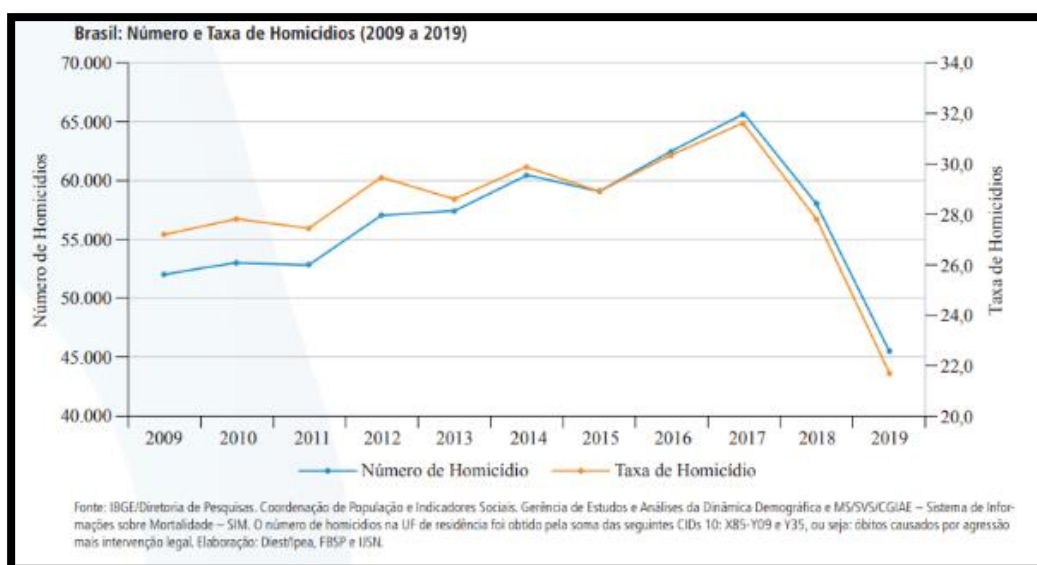
Ainda de acordo a fonte em questão, a redução no número de homicídios registrada entre 2018 e 2019, conforme os dados oficiais, deve ser interpretada com cautela devido à queda na qualidade dos registros oficiais.

Observou-se também, que três fatores contribuíram para a redução dos homicídios em diversas Unidades Federativas ao longo da década: a transição demográfica em direção ao envelhecimento populacional e a redução da população jovem, a implementação de programas e ações qualificadas de segurança pública em determinados estados e municípios brasileiros, e a adoção do Estatuto do Desarmamento.

Assim, ainda de acordo a fonte, embora existam fatores que possam apoiar a continuidade da redução dos homicídios no Brasil, algumas questões exigem

atenção por seu potencial de influenciar negativamente essa tendência. A primeira delas é a política mais flexível quanto ao acesso a armas de fogo e munições, promovida pelo Governo Federal a partir de 2019. Outro ponto de preocupação é o aumento da violência no campo, que afeta principalmente indígenas, trabalhadores sem-terra, assentados e líderes agrários. Também preocupa o uso da violência por parte de policiais, somado à falta de mecanismos institucionais de controle sobre o uso da força, o que resulta na vitimização de civis e agentes de segurança. Por fim, o risco de politização das forças de segurança pública, especialmente das polícias militares, ameaça tanto a paz social quanto a democracia.

Gráfico 01- Taxa de Homicídios Brasil (2009 a 2019).



Fonte: IBGE/diretoria de Pesquisa.

Ainda sobre o cenário nacional, o atlas da violência 2018 assinala uma maior prevalência de violência letal nos municípios localizados nas regiões Norte e Nordeste do país, no qual indicadores como pobreza, vulnerabilidade juvenil, educação, habitação, dentro outros, revelam um retrato desalentador quanto as condições socioeconômicas estudadas (Brasil, 2018, p. 11-12).

Apesar da queda no número de homicídios observada entre 2018 e 2019 de 22,1% no Brasil, verifica-se que o Estado da Bahia aparece no cenário nacional com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes com variação 41,1% (2019), contabilizando 6.118 óbitos (Brasil, 2021, p. 18-19).

Tabela 01- Taxas de Homicídios por Estado

Brasil: Taxa de Homicídios por UF (2009 a 2019)														
	Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes											Variação %		
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2009 a 2019	2018 a 2019	2014 a 2019
Brasil	27,2	27,8	27,4	29,4	28,6	29,8	28,9	30,3	31,6	27,8	21,7	-20,3%	-22,1%	-27,4%
Acre	22,1	22,5	22,0	27,4	30,1	29,4	27,0	44,4	62,2	47,1	36,9	66,5%	-21,7%	25,5%
Alagoas	59,3	66,9	71,4	64,6	65,1	62,8	52,3	54,2	53,7	43,4	33,4	-43,7%	-23,0%	-46,8%
Amapá	30,3	38,8	30,5	36,2	30,6	34,1	38,2	48,7	48,0	51,4	42,7	40,8%	-16,9%	25,2%
Amazonas	27,0	31,1	36,5	37,4	31,3	32,0	37,4	36,3	41,2	37,8	38,4	42,3%	1,6%	20,0%
Bahia	37,1	41,7	39,4	43,4	37,8	40,0	39,5	46,9	48,8	45,8	41,1	10,8%	-10,2%	2,8%
Ceará	25,3	31,8	32,7	44,6	50,9	52,3	46,7	40,6	60,2	54,0	26,5	4,5%	-51,0%	-49,4%
Distrito Federal	33,8	30,6	34,6	36,0	30,0	29,6	25,5	25,5	20,1	17,8	15,9	-52,9%	-10,7%	-46,1%
Espírito Santo	56,9	51,0	47,1	46,6	42,2	41,4	36,9	32,0	37,9	29,3	26,0	-54,4%	-11,5%	-37,3%
Goiás	32,1	33,0	37,4	45,4	46,2	44,3	45,3	45,3	42,8	38,6	32,1	0,0%	-16,9%	-27,5%
Maranhão	22,0	23,1	23,9	26,5	31,8	35,9	35,3	34,6	31,1	28,2	24,1	9,7%	-14,5%	-33,0%
Mato Grosso	33,3	32,0	32,8	34,5	36,4	42,1	36,8	35,7	32,9	28,7	25,7	-22,9%	-10,6%	-39,0%
Mato Grosso do Sul	30,7	26,8	27,2	27,3	24,3	26,7	23,9	25,0	24,3	20,8	17,7	-42,5%	-15,1%	-33,9%
Minas Gerais	18,7	18,6	21,6	23,0	22,9	22,8	21,7	22,0	20,4	16,0	13,7	-26,8%	-14,7%	-40,0%
Pará	40,2	46,4	40,0	41,4	42,7	42,7	45,0	50,8	54,7	53,2	39,6	-1,6%	-25,6%	-7,3%

Fonte: IBGE/diretoria de Pesquisa.

No Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021, Lauro de Freitas aparece na relação de municípios com população igual ou superior a 100 mil habitantes com taxas de mortes violentas intencionais (taxa de 44,6%) superiores à média nacional (Brasil, 2021, p. 29-30).

O município de Lauro de Freitas está localizado na Região Metropolitana de Salvador, sendo emancipado nos anos de 1960, e já na década seguinte, passou por um acelerado crescimento demográfico, além de uma mudança no perfil da população diante do processo de urbanização que se instalou. Desde os anos de 1970 o município em epígrafe sofreu intensa imigração, dentre os novos habitantes, verificou-se pessoas pertencentes aos segmentos sociais mais privilegiados em termos de educação e renda, dividindo o espaço com indivíduos pertencentes aos grupos sociais de mais baixa renda, que chegaram à localidade desde a época de sua emancipação (Dias, 2005).

Importante salientar que, as questões de segurança pública equivocadamente foram direcionadas aos entes da União e Estados, fato que vem sendo modificado com as alterações promovidas pela Carta Magna de 1988, mais especificamente, com a inserção do parágrafo 8^a do Art.144 e a criação das Guardas Municipais (Cunha; Lima; Querino 2016).

Tal mudança de panorama legislativo, aliado a autonomia dos municípios no que tange a sua administração e organização financeira tem resultado na ampliação

de seu espectro de atuação em relação à segurança pública. Nessa conjuntura, a implementação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp-2018/2028) pelo Governo Federal representa um grande avanço para os municípios, tendo em vista a criação de uma Política Nacional de Segurança Pública (Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018), com competências, princípios, objetivos, estratégias, meios e instrumentos pelos quais devem se balizar os atores envolvidos.

A Lei 13.675 de 11 de junho de 2018, disciplinou a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal, merecendo destaque a criação do Conselho de Segurança Pública e Defesa Social (órgão de discussão e legitimação das políticas e dos planos de segurança que deverão ser igualmente criados, para os mesmos fins, pelos estados, Distrito Federal e municípios).

Diante das mudanças apontadas e do avanço da perspectiva de uma segurança pública encarada como dever do Estado e responsabilidade de todos, busca-se inclusive, uma atuação integrada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em ações e políticas transversais para a preservação da vida, do meio ambiente e promoção da dignidade da pessoa humana.

Desse modo, o município revela-se o ente mais próximo da população, atendendo a seus reclames locais e primários, o que favorece uma ação efetiva das lideranças comunitárias em relação as problemáticas ligadas a segurança pública e a prevenção da violência.

As lideranças comunitárias em geral se caracterizam por promoverem mobilizações, possuírem forte engajamento social e conhecimento da dinâmica da comunidade. As qualidades anteriormente elencadas, são de grande valia para as ações e projetos de natureza estatal que visam a prevenção da violência e a promoção de direitos fundamentais.

As circunstâncias que provocaram a proposição deste estudo assentaram-se justamente sobre os embates e provocações até aqui elencados. Tais inquietações foram traduzidas enquanto pergunta de investigação nos seguintes termos: como as lideranças comunitárias, especialmente organizadas em associações, em Lauro de Freitas/BA contribuem, por meio de ações preventivas, para a formulação de políticas públicas de segurança?

A Política Nacional de Segurança Pública (Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018) impõe uma nova engrenagem com a finalidade de preservação da ordem

pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União. O Município através de uma política de prevenção da violência e criminalidade, com forte participação popular, pode ser uma ferramenta capaz de minimizar conflitos, priorizando a redução da letalidade e protegendo grupos vulneráveis.

A Constituição Federal de 1988 elenca diversos direitos sociais (saúde, educação, ir e vir, participação política) que somente serão efetivados quando transformados em políticas sociais. Para tanto, não basta a participação ativa dos governantes, mas se faz necessário a inclusão dos cidadãos tanto na sua elaboração quanto na fiscalização (MOURA, 2011).

Nesse sentido, estabeleceu-se como objetivo geral do projeto, analisar a atuação das lideranças comunitárias, especialmente organizadas em associações em Lauro de Freitas/BA e a sua interação com o poder público na formulação de políticas públicas voltadas para prevenção da violência.

O projeto em epígrafe tem como objetivos específicos: 1- identificar as lideranças comunitárias com atuação no Município de Lauro de Freitas, em especial, as organizadas em associações; 2- Investigar os canais de participação e as práticas colaborativas existentes entre as lideranças comunitárias e o poder público, com foco nas ações preventivas.

Insta destacar como benefícios diretos do estudo em questão, o conhecimento em relação as principais lideranças comunitárias atuantes no município de Lauro de Freitas, além disso, a verificação da efetividade dos canais de diálogo implementados e a possível aproximação dos entes identificados na pesquisa, visando a formulação ou reformulação de políticas na pasta de segurança municipal.

Ao identificar e conhecer melhor as lideranças comunitárias locais, o poder público terá uma compreensão mais aprofundada das suas necessidades, demandas e desafios a serem enfrentados. Isso permitirá estabelecer um diálogo mais efetivo, criando canais de comunicação sólidos entre a população e as autoridades municipais.

Dessa forma, ao analisar os canais de diálogo já implementados no município de Lauro de Freitas, este estudo identificou pontos de ajuste e oportunidades de

melhoria nas relações entre os atores envolvidos nos processos de formulação de políticas públicas de segurança.

Outro aspecto relevante se consubstancia na aproximação dos diversos atores municipais (institucionais e sociais) para a discussão, enfrentamento e prevenção da violência e seus efeitos. Assim as lideranças comunitárias devem ser capazes de promover o acesso as informações sobre as organizações de defesa do cidadão, a saber Defensorias Públicas, Ministérios Públicos, Procon, Sindicatos, ONGs e OSCIPs, dentre outros (Moura, 2011).

Sob a perspectiva do policial militar, temos a projeção de possíveis parcerias com os atores municipais (institucionais e sociais) e um olhar para a segurança pública como dever de todos e responsabilidade dos órgãos imbuídos da manutenção da ordem.

Tal iniciativa foi pensada, levando-se em consideração que este autor possui experiência na condição de líder comunitário no município em epígrafe. No ano de 2019, iniciou-se a trajetória na condição de presidente da Associação de Moradores do Loteamento Portão do Sol- AMPS, no bairro Buraquinho.

A AMPS foi criada em 30 de março de 1996 e encontra-se localizada na Rua Ministro Antônio Carlos Magalhães nº 148 e reúne os proprietários dos imóveis, contendo aproximadamente 420 (quatrocentas e vinte) unidades, distribuídas em 44 (quarenta e quatro) condomínios e casas individuais, contando com uma população estimada em 1.700 (um mil e setecentas) pessoas.

Durante as atividades em questão, foi possível uma conexão com o Governo Municipal e a promoção de diversas atividades sociais junto à comunidade local, bem como, a modificação substancial no que tange a qualidade de vida dos associados da AMPS. Tal modificação de panorama se deu com a melhoria da iluminação, segurança, obras de saneamento, eventos ligados ao meio ambiente saudável, atividades culturais, promoção do esporte, dentre outros.

Na oportunidade, o grande desafio da diretoria era movimentar a comunidade local através de diversas ações, para que “unidos”, fosse possível conjecturar estratégias efetivas em prol do espaço comum do loteamento, promovendo a aproximação dos moradores, entes públicos e privados.

O presente estudo propõe uma abordagem metodológica, tendo como linha de pesquisa Política e Gestão em Segurança Pública, fundamentada no método dedutivo/descritivo de processos relevantes na esfera em análise. A abordagem

adotada é qualitativa, apoiando uma compreensão profunda e contextualizada por meio de técnicas de coleta de dados, notadamente entrevistas e questionários semiestruturados aplicados a atores chave envolvidos nos processos em questão.

2 A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A concepção do termo segurança pública está intimamente ligado a questão do poder de polícia, no latim *secure* constitui “sem medo”. A instituição polícia como conhecemos na atualidade tem suas bases na idade média portuguesa e a necessidade de garantir a manutenção da ordem em locais urbanizados onde crescia a densidade populacional.

Para entendermos a complexidade que cerca a temática da segurança pública e do policiamento como conhecemos, inicialmente se faz necessário uma análise histórica, vejamos:

“Policiamento”, assim como o termo polícia, é originalmente relacionado à palavra política, tendo derivado da palavra grega polis. Policiamento, portanto, nesse sentido primeiro, significava a governança das cidades e dos Estados e, de uma forma ampla, a regulação social e administração de uma dada comunidade. O termo grego *politeia* dizia respeito a todas as questões relacionadas à sobrevivência e ao bem-estar do Estado ou cidade (polis). A palavra e seu significado foram posteriormente desenvolvidos pelos romanos, cujo termo, em latim, *politia*, poderia, em tradução livre, ser traduzido como Estado, próximo do significado da palavra polis. O termo, que largamente desapareceu com o fim do Império Romano, voltou a ser utilizado nas universidades medievais, sobretudo para justificar a autoridade do príncipe sobre seus territórios. Entretanto, ainda que o significado de “polícia” e “policiamento” tenham se transformado ao longo do tempo, deixando de significar o “conjunto da função governamental”, a visão generalizada sobre a atividade de policiamento referia-se, no século XVIII, “unicamente ao ramo que o cidadão atual chamaria de administração geral, isto é, a regulamentação relativa à manutenção da ordem, da tranquilidade pública, da higiene, do comércio, do trabalho...” (Monet, 2001, p. 21).

No início do século XVIII, na Europa, termos como “*la police*”, na Itália, e “*die Politzei*”, na Alemanha, foram usados com o sentido de administração, bem-estar social, proteção e segurança do território. Da mesma forma, “*police*” tornou-se cada vez mais popular na Inglaterra até o final daquele século, mas ainda com esse significado mais amplo (Emsley, 1996).

Para José Lopes Zarzuela, polícia é a atividade de manutenção da ordem estabelecida em uma cidade, região ou país, implicando basicamente a proteção individual do patrimônio, e outros bens jurídicos, contra atos ilícitos previstos em diplomas penais (Zarzuela, 1977).

Já Waldemar Gomes de Castro, passou a definir a polícia de maneira mais analítica e levando em consideração as suas características, vejamos:

[...] “impõe-nos conceituá-la, precisando-lhe os extremos de sua essencialidade, através dos seus componentes primários: - 1º) o subjetivo – Estado, que é a fonte de onde ela provém; 2º) o teleológico – a segurança da sociedade e individual contra a vis inquietativa: seu fim; 3º) o objetivo – as limitações por ela impostas à liberdade, usando até a vis coerciva: seu meio.” (Castro, 1947, p.80).

A segurança humana pode ser encarada como a garantia dos cidadãos exercerem escolhas com liberdade e tranquilidade, tendo como dimensões o campo econômico, alimentar, saúde, ambiental, pessoal, comunitária e político. Desta forma, a noção de segurança leva em consideração as necessidades básicas e coletivas da sociedade.

Nesse sentido, a segurança pública é um dever do Estado, tendo *status* de direito fundamental e humano, não se tratando de um direito individual, mas coletivo em sua essência (terceira geração de direitos humanos), cujo o objetivo central é a busca pela paz.

Segundo Luiz Otávio de Oliveira Amaral, “segurança pública é o afastamento, por meio de organizações próprias, de todo perigo, ou de todo mal, que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, liberdade e propriedade”. É uma atividade que pertence aos órgãos estatais e a toda comunidade, que visa proteger a cidadania (Amaral, 2003, p.26).

O processo histórico demonstra que a segurança pública brasileira, por muito tempo, esteve voltada para atender interesses privados de classes dominantes, latifundiários e coronéis, perpassando ainda por um período de autoritarismo político e um cunho de Segurança Nacional.

Impende ressaltar que, mesmo depois de processos de redemocratização, as sociedades latino-americanas mantiveram-se abalizadas pelo autoritarismo e produziram leituras sobre segurança que geraram: práticas de luta contra o inimigo interno, descontrole da atividade policial e aparição de forças paramilitares

especializadas em extermínio. No caso do Brasil, em especial, estas marcas se somaram a uma tradição autoritária mais antiga construída a partir da escravização de negros entre os séculos XVI e XIX (Duarte, 2002; Flauzina, 2006).

Essa marca original da criminologia no Brasil – positivista e racista – complexifica o debate sobre segurança no país, posto que se articula a uma forte ideia de defesa da “unidade interna” assentada nas representações de “nós” – os nacionais – *versus* “eles” – os inimigos internos, não imersos na alma nacional. (Chauí, 2000).

O Estado Democrático de Direito, os direitos individuais e coletivos previstos no ordenamento jurídico brasileiro, tiveram sua gênese no desenvolvimento do conhecimento humano e das relações econômicas e sociais, nessa esteira:

O Estado Democrático moderno nasceu das lutas contra o absolutismo, sobretudo através da afirmação dos direitos naturais da pessoa humana. Daí a grande influência dos *jus naturalistas*, como Locke e Rousseau, embora estes não tivessem chegado a propor a adoção de governos democráticos, tendo mesmo Rousseau externado seu descrédito neles (Dallari, 1996, p. 77).

Para a garantia desses direitos fundamentais foi necessário a construção de um grande pacto social, com princípios norteadores que, em geral, estão presentes no conjunto de leis positivado em dado país, como ocorre com a Constituição Cidadã de 1988.

Uma das garantias fundamentais do cidadão, sem dúvida, é a segurança. Na ocasião, Espírito Santo e Meirelles traçam a distinção de segurança e insegurança nos seguintes termos:

[...] segurança entendemos que, em seu sentido amplo, é também um ambiente, um estado, uma situação em que objetivamente as ameaças estão controladas. É uma situação ideal, porque o ser humano não dispõe ainda de meios eficazes para o controle total das ameaças.

[...] insegurança, que podemos definir como inexistência, insuficiência, deficiência ou ineficiência de proteção nacional ou de proteção social, o que pode ensejar um estado permanente de tensão, medo, descrença, revolta, desgaste emocional, ansiedade, em que vive o homem moderno, diante das ameaças que o rondam permanentemente. A insegurança em seu sentido amplo, é um clima, um ambiente, em estado, uma situação, em que ameaças permanecem sob precário controle e há a percepção da

precariedade desse controle [...] (Espírito santo; Meirelles, 2003, p. 32).

Para a manutenção de um ambiente, um estado, onde as ameaças são devidamente controladas, temos a obrigação de conservar um sistema de leis e instituições devidamente instruídas para o cumprimento de tal desiderato. Dos órgãos de segurança pública e seus agentes espera-se a adoção de práticas capazes de realizar ações voltadas à defesa do Estado e da ordem pública. Neste contexto, ordem pública pode ser conceituada:

Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis no interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum (Brasil, Decreto Nº 88.777/83,1983).

No Brasil, a questão da Segurança Pública tem despertado o interesse de diversos estudiosos, em especial, pelo imperativo de estabelecer um clima de convivência harmônica e pacífica, superando uma lógica de controle social baseada em ações meramente repressivas.

Todo esse contexto complexo quanto aos contornos do enfrentamento da violência e criminalidade, soma-se a incapacidade de os gestores entenderem a sua influência no processo de formulação de políticas na área em questão. Isso tem como consequência o surgimento de medidas desconexas e inábeis para o enfrentamento adequado da criminalidade, sendo o servidor público policial militar chamado a gerir tensões provenientes de relações sociais desequilibradas e conturbadas.

As análises no campo da segurança pública modificaram de forma acentuada com o advento da constituição de 1988 e o desenvolvimento dos conceitos de democracia, acesso à justiça e garantia de direitos coletivos/sociais. Desta forma, as pressões sociais suscitam uma nova modelagem da polícia, tendo como base, as normas de direitos humanos e a superação de práticas tradicionais do aparato penal (Lima; Sinhoretto; Bueno, 2015).

Para o enfrentamento das modernas práticas delituosas foi necessário se pensar em um sistema de segurança pública e defesa social. Assim, no que se refere à Defesa Social, Amaral ensina:

[...] uma nova concepção de justiça criminal, agora como ação social de proteção e prevenção, caracterizando-se pelo antidogmatismo. O Direito Penal é, então, parte da política social: o crime está na sociedade, o homem apenas o revela! A eficácia do Direito Penal e da polícia em geral no controle da criminalidade é apenas de relativa importância. A prevenção prevalece sobre a repressão [...] (AmaraL, 2003, p. 25).

Esclarece Schabbach (2014) que os marcos representativos desta mudança de panorama da segurança pública no Brasil, seriam os seguintes: 1) criação da Secretaria de Ações Nacionais de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SEPLANSEG), em 1995, denominação alterada em 1997 para Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP); 2) o I Plano Nacional de Segurança Pública (IPNSP), em 2000; 3) o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), em 2000, destinado a gerir recursos para apoiar projetos federais, estaduais e municipais na área da segurança pública; 4) o Sistema Unificado de Segurança Pública (SUSP), em 2003, que por meio da integração de diversas agências, busca implementar programas relacionados com as seguintes diretrizes: reforma das instituições de segurança pública e redução da violência; 5) o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) em 2007, o qual reuniu ações de prevenção, controle e repressão da violência e previu a integração entre União, estados e municípios para implementá-las; 6) a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (I Conseg), em 2009, que marcou o início do debate envolvendo os profissionais do sistema de justiça criminal e a sociedade civil organizada.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, na forma do Art.144, a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo executada pelos órgãos do governo federal, estadual e municipal.

Conforme Schabbach (2014), o setor da segurança no Brasil tem vivenciado, desde meados de 1990, uma reorganização das relações intergovernamentais, em um contexto no qual o governo federal, ao mesmo tempo em que tomou para si a responsabilidade de enfrentar os fenômenos da criminalidade, violência e violação de direitos humanos, vem estimulando a articulação intergovernamental e a descentralização de programas específicos.

Nesse sentido, diante das mudanças apontadas no cenário da segurança pública nacional, surge uma grande expectativa para o desenvolvimento de atividades inovadoras no âmbito do município, inclusive, orientadas para a proteção

da vida, de grupos vulneráveis, combate ao tráfico de drogas, dentre outros. Ademais, uma gestão de qualidade no campo de segurança pública inicia-se com a prevenção e finda-se com a reparação do dano, perpassando pelo tratamento das causas e a reinserção do autor do delito na sociedade.

Nesse contexto, há uma grande expectativa para o desenvolvimento de atividades inovadoras no âmbito municipal, com um enfoque particular na segurança cidadã. Ao tratar de segurança cidadã ou nas palavras de alguns autores segurança cidadã, dá-se uma extensão mais ampla do que a questão da sobrevivência física apenas. Desde a década de 1990, observamos uma mobilização na agenda das políticas públicas em ações voltadas para promoção da cidadania. Na segurança pública, esse tema ganhou grande importância, a ponto de a chamada “segurança cidadã” ter se sido consolidada como paradigma na área a partir dos anos 2000 (Freire, 2009).

Desta forma, a segurança cidadã é definida como um conjunto de intervenções realizadas por diversas áreas do estado com participação da sociedade civil e “voltadas para a abordagem e a resolução daqueles riscos e conflitos violentos e/ou delituosos que lesem os direitos e as liberdades das pessoas, mediante a prevenção, o controle e/ou a repressão dos mesmos” (Serrato, 2007, p. 10).

Nesta senda, ao tratar de segurança cidadã, não se busca apenas a ausência do crime, mas uma análise profunda nas dimensões da vida individual e social, sendo tratados temas como o preconceito, família, mídia, cultura da violência, degradação do espaço urbano, trânsito, poluição, dentre outros.

Atentando para o explicitado até aqui, verifica-se que a segurança pública no Brasil prescinde de soluções modernas e eficazes no médio e longo prazo.

Assim sendo, a polícia comunitária apresenta-se como um norte a ser seguido pelas instituições policiais, tendo em vista a necessidade de construção de um espaço social sadio, contemplado ações de policiamento de proximidade e edificação de uma cultura de paz.

Através de um processo de regressão histórica é possível identificar que, a partir do século XIX as instituições policiais passaram por um processo de profissionalização de suas ações. Sir Robert Peel, estabeleceu princípios norteadores para a Polícia Metropolitana da Inglaterra em 1829, mudando os paradigmas da época e enfatizando a importância das ações preventivas.

Peel acreditava que, a polícia deveria atuar através de princípios norteadores claros e transparentes, bem como, os policiais deveriam agir de forma respeitosa, discreta e eficiente. Por isso, a polícia careceria operar de forma independente do poder público (um grande desafio atualmente), ressaltando a imparcialidade pertinentes as atividades estatais.

O modelo de policiamento comunitário, conforme descreve Brodeur (2002, p.25) surgiu “No Reino Unido logo após a II Guerra Mundial com o Policiamento em Grupo cuja característica é a permanente responsabilidade por parte dos policiais de uma determinada área [...] esse conceito foi adotado pelos Estados Unidos a partir de 1960”.

A trajetória histórica da polícia comunitária poder ser, a priori, localizada desde a antiguidade, na China e no Japão. Na contemporaneidade, tal modelo foi adotado pelo Canadá, França, Espanha, Austrália e Argentina (Chagas, 2010).

No Brasil, a Carta Magna de 1988 serviu de alicerce para as primeiras iniciativas do policiamento comunitário, tendo como premissas o fortalecimento das relações policiais com a comunidade e um olhar para a segurança pública como dever de todos.

Para Nazareno Marcineiro, a Polícia Comunitária é uma nova parceria entre a população e a polícia, buscando, acima de tudo, uma conscientização popular acerca da responsabilidade social de cada indivíduo e, ainda, do comprometimento de ambas as partes na solução de problemas e na busca da melhoria da qualidade de vida da comunidade (Marcineiro, 2009).

Desta forma, a ideia primordial da polícia comunitária está intimamente ligada a aproximação dos entes de segurança pública com a comunidade, ressaltando o caráter humano das relações sociais. Para tanto, as ações de cunho preventivo, em detrimento das ações repressivas, devem ser buscadas a todo tempo, sendo protegidos de forma diferenciada grupos vulneráveis, tais como, mulheres, crianças, idosos, negros, dentre outros.

Sendo a comunidade um ente que participa das escolhas das prioridades a serem solucionadas, cabe aos conselhos comunitários de segurança o processo de avaliação da medidas adotadas.

Os conselhos Comunitários de Segurança tem como principal objetivo atuar em conjunto com os órgãos de segurança pública para prevenir a criminalidade e melhorar a sensação de segurança, sendo formados por membros da comunidade

local, representantes de organizações (associações de moradores), empresários, dentre outros. Sua participação é salutar em todas as esferas de poder do Estado (municipal, estadual e federal).

Feitas essas considerações, diversos autores se dedicaram a conceituar policiamento comunitário, merecendo destaque Trojanowicz e Bucqueroux, com a sua visão clássica:

[...] uma filosófica e uma estratégia organizacional que proporciona nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar, e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens, físicas e morais, em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área (Trojanowicz E Bucqueroux, 1994, p.4).

Nessa complexa tarefa, as lideranças comunitárias e os cidadãos de um modo geral mostram-se o centro da questão, sendo que os esforços estatais devem ser direcionados para eles, portanto, sua participação no processo de formulação de políticas públicas é fundamental.

3 O MUNICÍPIO COMO ENTE RESPONSÁVEL PELA SEGURANÇA DO CIDADÃO

O interesse dos países latino-americanos em políticas municipais de segurança pública também é fruto das experiências americanas e inglesas, mas principalmente da observação dos processos de descentralização das políticas de segurança pública no Canadá e nos países europeus (países com estado federal e descentralizado como França, Itália, Espanha, Portugal, Alemanha) (Mesquita Neto, 2011).

Neste modelo os municípios tornaram-se atores-chave de processos de descentralização política com transferência de receitas, responsabilidades e autoridade administrativa e fiscal, mas também com receitas próprias ampliadas e maiores disponibilidades de recursos oriundos de transferências intergovernamentais (Marenco; Strohschoen; Joner, 2016).

Em relação a atuação dos municípios na pasta de segurança pública José Luiz Ratton asseverou:

No Brasil, os municípios ainda têm uma enorme dificuldade em pensar na questão da prevenção da violência. Há uma omissão generalizada. Se o poder público federal vem tomando, nos últimos

anos, iniciativas que, ainda que acanhadas, são importantes (do ponto de vista da construção de uma presença do Governo Federal na elaboração e no monitoramento das políticas públicas de segurança), ainda é absolutamente tímida a capacidade dos governos municipais de produzir iniciativas contundentes que ultrapassem uma mera retórica de estar fazendo prevenção de forma geral através da saúde, da educação, da assistência social etc. (Ratton, 2012, p.20).

Nesse contexto, os municípios, independentemente de sua dimensão, aspecto financeiros e tamanho da população, precisam estar devidamente orientados para formular, implementar, monitorar e avaliar as políticas públicas de prevenção a violência, sobretudo dos segmentos considerados vulneráveis (jovens, mulheres, idosos, negros, crianças).

Ainda segundo Ratton:

Os municípios, com sua capacidade de intervenção capilar e sua permeabilidade à participação social, constituem a unidade de gestão mais adequada ao tratamento das questões mais complexas, que afetam o dia a dia da sociedade, a partir de dinâmicas sempre específicas e processos locais (Ratton, 2012, p.60).

A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018), estabelece:

Art. 2º A segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, compreendendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito das competências e atribuições legais de cada um (Brasil, LEI Nº 13.675,2018).

No contexto mencionado, é notável ressaltar a relevância da Política Nacional de Segurança Pública, cujas bases foram condicionais por meio da Lei nº 13.675, datada de 11 de junho de 2018. Essa iniciativa se configura como um mecanismo essencial para a manutenção da ordem pública e segurança da integridade tanto das pessoas quanto do patrimônio. A referida política visa fomentar uma atuação colaborativa, coordenada, sistêmica e integrada entre os órgãos responsáveis pela segurança pública e defesa social nos níveis federal, estadual e municipal.

Assim, busca-se uma maior participação da sociedade civil organizada, através dos conselhos comunitários nas três esferas, a saber, governo federal, estadual e municipal encarregados de promover de forma articulada políticas setoriais. Além disso, num plano mais prático, a criação de órgãos ligados a

segurança pública municipal, o fortalecimento das guardas municipais, a utilização de tecnologias aplicadas no controle da sociedade (câmeras, alarmes, centrais integradas), a interinstituição dos entes federado, nesse sentido:

Art. 20. Serão criados Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante proposta dos chefes dos Poderes Executivos, encaminhadas aos respectivos Poderes Legislativos (BRASIL, LEI Nº 13.675,2018).

A edificação de um plano de segurança municipal orientado para o respeito aos direitos humanos e promoção da cultura de paz, passa por uma gestão de natureza integrada e uma governança participativa voltada para melhorar a qualidade de vida da população, assim:

Art. 15. A União poderá apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, quando não dispuserem de condições técnicas e operacionais necessárias à implementação do Susp (BRASIL, LEI Nº 13.675,2018).

A Política Nacional de Segurança Pública se desdobra em outras legislações importantes, a saber, o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, o Sistema de Defesa Social da Bahia, o Plano Estadual de Segurança Pública (PLANESP), Programa de Segurança Pública e Defesa Social, documentos esses alinhados com a diretriz maior e comprometidos com seus eixos de atuação.

Figura 01- Mapa Estratégico da Segurança Pública



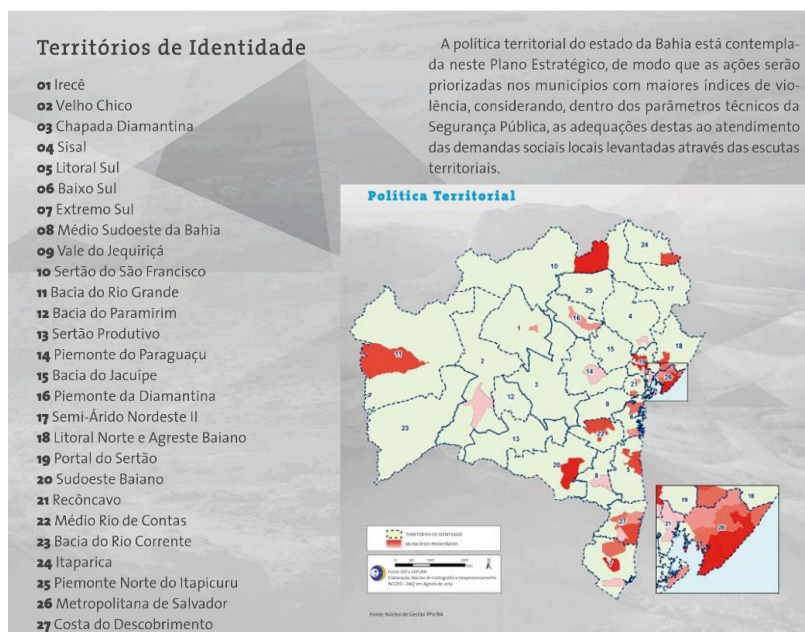
Fonte: PLANESP 2016/2025

O Plano Estratégico do Sistema Estadual de Segurança Pública (PLANESP) para o período de 2016 a 2025 é fundamentado na missão de preservar a ordem pública e garantir a incolumidade das pessoas e do patrimônio na Bahia. Com o objetivo de alcançar excelência e reconhecimento nacional até 2025, a visão do plano destaca a busca pela qualidade excepcional dos serviços de segurança pública cidadã e a contribuição efetiva para a redução dos índices de criminalidade. Para concretizar essa visão, o plano estabelece ações estratégicas que incluem o aumento da sensação de segurança pública, a elevação da substituição dos órgãos de segurança, o estímulo à responsabilidade social pela proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente, a potencialização das ações policiais preventivos e de polícia comunitária, além do aprimoramento contínuo da qualidade de atendimento e dos serviços prestados ao cidadão.

Esse plano estratégico representa um compromisso abrangente e integrado, não apenas à repressão de atividades criminosas, mas também à promoção da segurança de forma participativa, colaborativa e cidadã, alinhada com os princípios da polícia comunitária e do respeito aos direitos fundamentais.

No que tange os municípios baianos, estes foram divididos em 27 (vinte e sete) territórios de identidade, sendo priorizados os municípios com maiores índices de violência.

Figura 02 – Territórios de Identidade da Bahia



Fonte: PLANESP 2016/2025

O PLANESP 2016-2025, apresenta 40 (quarenta) municípios prioritários, dentre eles, o município de Lauro de Freitas, situado no território de identidade nº 26, vejamos:

Quadro 01- Municípios Prioritários (2019) x Territórios de Identidade

ORDEM	MUNICÍPIO	TERRITÓRIO IDENTIDADE	ORDEM	MUNICÍPIO	TERRITÓRIO IDENTIDADE
1	Salvador	26 - Metropolitana de Salvador	21	Dias D'Ávila	26 - Metropolitana de Salvador
2	Feira de Santana	19 - Portal do Sertão	22	Catu	18 - Litoral Norte e Agreste Baiano
3	Camaçari	26 - Metropolitana de Salvador	23	Itamaraju	07 - Extremo Sul
4	Vitória da Conquista	20 - Sudoeste Baiano	24	Santo Antônio de Jesus	21 - Recôncavo
5	Juazeiro	10 - Sertão do São Francisco	25	Santa Cruz Cabrália	27 - Costa do Descobrimento
6	Lauro de Freitas	26 - Metropolitana de Salvador	26	Pojuca	26 - Metropolitana de Salvador
7	Simões Filho	26 - Metropolitana de Salvador	27	Camamu	06 - Baixo Sul
8	Teixeira de Freitas	07 - Extremo Sul	28	São Sebastião do Passé	26 - Metropolitana de Salvador
9	Itabuna	05 - Litoral Sul	29	Vera Cruz	26 - Metropolitana de Salvador
10	Porto Seguro	27 - Costa do Descobrimento	30	Cruz Das Almas	21 - Recôncavo
11	Alagoinhas	18 - Litoral Norte e Agreste Baiano	31	Irecê	01 - Irecê
12	Jequié	22 - Médio Rio de Contas	32	Jacobina	16 - Piemonte da Diamantina
13	Ilhéus	05 - Litoral Sul	33	São Gonçalo dos Campos	19 - Portal do Sertão
14	Barreiras	11 - Bacia do Rio Grande	34	Itabela	27 - Costa do Descobrimento
15	Luís Eduardo Magalhães	11 - Bacia do Rio Grande	35	Itaberaba	14 - Piemonte do Paraguaçu
16	Paulo Afonso	24 - Itaparica	36	Itapetinga	08 - Médio Sudoeste da Bahia
17	Valença	06 - Baixo Sul	37	Nova Viçosa	07 - Extremo Sul
18	Candeias	26 - Metropolitana de Salvador	38	Santo Amaro	21 - Recôncavo
19	Eunápolis	27 - Costa do Descobrimento	39	Serrinha	04 - Sisal
20	Mata de São João	26 - Metropolitana de Salvador	40	Bom Jesus da Lapa	02 - Velho Chico

Fonte: PLANESP 2016/2025

Dentro desse contexto, as ações delineadas no plano recebem uma priorização específica nos municípios que apresentam os índices de violência mais elevados. Essa priorização é baseada em parâmetros técnicos sólidos, considerando cuidadosamente as nuances e complexidades de cada localidade.

Um dos diferenciais desse enfoque é a incorporação das adequações das ações de segurança pública às demandas sociais locais identificadas por meio de escutas territoriais. Esse método de busca proativa e participativa não apenas atua reativamente diante dos desafios, mas também antecipa as necessidades específicas de cada comunidade. Dessa forma, o Plano Estratégico não responde apenas aos índices de violência, mas também promove uma abordagem propositiva e adaptável, alinhada ao compromisso de atender de maneira eficaz e sensível às demandas sociais emergentes em cada território.

Por fim, conforme a Portaria nº 435 de 30 de dezembro de 2020, que estabelece os limites das regiões Integradas de Segurança Pública – RISP e das Áreas Integradas de Segurança-AISP, da Região Metropolitana, o município de Lauro de Freitas integra a AISP 23, representada pelos seguintes aparelhos de segurança: 23º Delegacia Territorial (Centro); 27ª DT (Itinga); 34ª DT (Portão); 52ª

Companhia Independente; 81ª CIPM e a Base Comunitária de Itinga. Assim, verifica-se que o AISP 23 dispõe de um aparato de segurança pública notável quando comparado a outras regiões, inclusive na Capital. Um exemplo disso é a AISP 13, localizado em Cajazeiras, que recebe suporte da 3ª Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM) e da 13ª Delegacia Territorial (DT).

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Para a iniciação da pesquisa acadêmica, Gil (2009) é necessário o emprego de técnicas de pesquisa e procedimentos que operacionalizam os métodos. Nesse sentido, se faz necessário identificar a área de interesse da pesquisa, bem como, um problema que se deseja investigar.

A metodologia é um aspecto crucial em qualquer pesquisa acadêmica, moldando a forma como os dados são encontrados, analisados e interpretados. No presente estudo, optou-se pelo método dedutivo, proporcionando uma estrutura lógica que parte das exigências gerais para chegar às instruções específicas. Para Henrique e Medeiros (2017) tanto a matemática como a filosofia se valem do método dedutivo, uma vez que a sua função central é a de constatar o que já se encontra, de maneira implícita, no antecedente, de modo que a validade da conclusão decorre, necessariamente, da validade das premissas. Ou seja, em sendo as premissas verdadeiras, a conclusão também o será. Não há como ser diferente.

Este método, embora tradicionalmente associado às pesquisas quantitativas, revela-se uma escolha estratégica para orientar a investigação em direção à compreensão aprofundada de especificações qualitativas.

Assim, foi possível formular estratégias detalhadas e contextualizar a situação da segurança pública no Brasil e no município em estudo, mesmo diante das dificuldades encontradas no campo, como o número de secretarias e autoridades envolvidas, a limitada disponibilidade dessas autoridades devido às suas agendas intensas, e a complexidade de localizar e mapear as lideranças comunitárias dispersas no espaço geográfico do estudo. Ao aplicar o raciocínio dedutivo, foi possível entender as diretrizes do policiamento comunitário e correlacioná-las com a realidade relatada pelas lideranças catalogadas, resultando em uma abordagem clara quanto aos objetivos traçados e à necessidade de promover um ambiente seguro e inclusivo para todos os cidadãos.

A abordagem descritiva, por sua vez, visa retratar com precisão a realidade científica, fornecendo uma base sólida para a interpretação dos resultados. Gil (1991) a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno e envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observação sistemática.

Assim, essa abordagem destacou o papel de vanguarda do município no processo de prevenção da violência, evidenciado pela criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública, proporcionando uma análise minuciosa e fundamentada das dinâmicas sociais e políticas envolvidas.

Por último, quanto ao enfoque, a pesquisa caracterizou-se como quali-quantitativa. Segundo Minayo (2009) a pesquisa quali-quantitativa visa superar a dicotomia entre as abordagens qualitativas e quantitativas, reconhecendo que ambas podem se complementar. Ela argumenta que essa abordagem é especialmente útil em ciências sociais, onde a complexidade dos fenômenos exige múltiplas perspectivas.

A opção pela abordagem quali-quantitativa na presente pesquisa decorreu da necessidade de compreender, de forma integrada, tanto os aspectos numéricos quanto os contextuais das interações entre as lideranças comunitárias e o poder público no município de Lauro de Freitas/BA. A dimensão quantitativa foi essencial para mapear as lideranças organizadas em conselhos e associações, identificando padrões e tendências que orientam a formulação de políticas públicas de segurança. Já a dimensão qualitativa permitiu uma análise mais aprofundada das percepções, experiências e desafios enfrentados por esses atores nos processos de participação e colaboração. Essa abordagem mista revelou-se necessária para captar a complexidade do tema, oferecendo um panorama mais robusto e fundamentado das dinâmicas sociais e institucionais que influenciam a prevenção.

As entrevistas, como técnica especializada, ofereceram um diálogo aberto e flexível, permitindo a exploração de perspectivas individuais dos atores-chave envolvidos nos processos investigados. Os questionários semiestruturados complementam essa abordagem, oferecendo uma análise mais sistemática e abrangente das experiências e opiniões dos participantes.

Conforme delineado na pesquisa, realizou-se entrevistas com atores-chaves identificados no processo, tais como, representante do Gabinete da Prefeitura de Lauro de Freitas; representante da Secretária de Políticas para as Mulheres;

representante do Comando da 81ª CIPM- Itinga; representante do Comando da 52ª CIPM-Lauro de Freitas; representante do Comando da Base Comunitária de Segurança de Itinga; representante da Secretária de Segurança Pública Municipal, sendo ainda oficiado ao Gabinete da Prefeitura de Lauro de Freitas marcação de entrevista com a representante do ente municipal.

Em relação às entrevistas, foi possível compreender as diversas questões que envolvem o sistema de segurança pública municipal. Além de investigar as políticas e práticas implementadas, buscou-se entender também, a percepção das autoridades policiais sobre os desafios enfrentados e as possíveis soluções para a redução da violência. As perguntas foram elaboradas de forma livre, permitindo aos entrevistados expressarem suas opiniões de maneira aberta e espontânea. Esse método possibilitou não apenas capturar informações objetivas sobre o funcionamento do sistema de segurança, mas também explorar nuances e dinâmicas sociais subjacentes que podem influenciar a eficácia das políticas e práticas. Além disso, ao investigar a possível afinidade entre as autoridades policiais e as lideranças comunitárias, busca-se identificar pontos de convergência e possíveis parcerias que possam fortalecer os esforços coletivos na promoção da segurança e prevenção da criminalidade a nível local.

A escolha do “*Google Forms*” como plataforma para a aplicação do questionário direcionado as lideranças comunitárias foi pautada pela sua praticidade, facilidade de acesso e eficácia na coleta de dados. Essa ferramenta permitiu uma abordagem ágil e abrangente, garantindo que uma amostra contemplasse diversas associações e lideranças comunitárias. Vale ressaltar que essa etapa é reveladora essencial para uma compreensão mais inclusiva das dinâmicas sociais, uma vez que possibilita que as vozes das comunidades sejam expressas diretamente, enriquecendo o debate sobre as relações entre as instituições públicas e a sociedade civil.

Ao aplicar essa metodologia junto as lideranças comunitárias, foi possível capturar uma gama diversificada de opiniões, experiências e preocupações relacionadas à segurança pública. Essas vozes representam não apenas os interesses individuais de determinados grupos, mas também refletem as necessidades e aspirações de comunidades inteiras.

Dessa forma, os questionários aplicados as lideranças trataram sobre o tempo de atuação, a localidade, as contribuições, os desafios, as motivações,

representatividade, dentre outros, permitiram uma análise mais abrangente das questões de segurança, incorporando perspectivas variadas e, muitas vezes, complementares àquelas fornecidas pelas autoridades públicas. Essa etapa da pesquisa, respondida por 19 (dezenove) líderes comunitários, contribuiu para uma compreensão mais completa dos desafios enfrentados e das possíveis soluções no âmbito da segurança pública local, promovendo assim um diálogo mais inclusivo e participativo entre todos os envolvidos.

Importante ressaltar que, em qualquer pesquisa acadêmica, a ética desempenha um papel fundamental para garantir que os direitos e o bem-estar dos participantes sejam protegidos. A adesão aos princípios éticos é crucial para manter a integridade da pesquisa e a confiança dos participantes. Na presente pesquisa, foram tomados vários cuidados éticos. Primeiramente, os participantes foram informados de forma clara sobre os objetivos e procedimentos do estudo, garantindo total transparência. Além disso, foi enfatizado que a participação é totalmente voluntária, sem qualquer custo ou benefício financeiro, e que os participantes poderiam desistir a qualquer momento sem sofrer qualquer pena.

Para garantir o sigilo e a privacidade dos participantes, o pesquisador se compromete a tratar todas as informações coletadas com padrões profissionais de confidencialidade. Os dados serão armazenados de forma segura por um período de cinco anos e posteriormente destruídos para evitar qualquer uso indevido. Além disso, os resultados da pesquisa estarão disponíveis para os participantes, mas sem qualquer identificação pessoal nas publicações resultantes. Este cuidado ético é essencial para proteger a identidade dos participantes e para cumprir as normas brasileiras sobre proteção de dados. Desta forma, a pesquisa não só contribui para o avanço científico e científico, mas também respeita e valoriza a dignidade e os direitos.

5 AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DE LAURO DE FREITAS E OS CANAIS DE DIÁLOGO COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL

5.1 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DAS AUTORIDADES MUNICIPAIS

Este capítulo contempla os resultados encontrados a partir dos objetivos propostos. Para atingir tais metas, foram realizadas entrevistas com diversas

autoridades municipais e representantes dos órgãos de segurança pública, cujos dados encontrados foram posteriormente submetidos a uma análise baseada na abordagem fenomenológica de Edmund Husserl.

Tal abordagem procura entender a essência das experiências pessoais, focando no sentido que os indivíduos atribuem às suas próprias experiências. Nesse sentido

Husserl propõe a fenomenologia como um método investigativo específico para compreender as especificidades, ou seja, a manifestação das coisas à consciência, de forma rigorosa. “Como um método de pesquisa, a fenomenologia é uma forma radical de pensar” (Martins, 2006, p. 18). Como as coisas do mundo se apresentam à consciência, o filósofo alemão pretende perscrutar essa aparição no sentido de captar a sua essência (aquilo que o objeto é em si mesmo), isto é, “ir ao encontro das coisas em si mesmas” (Husserl, 2008, p. 17).

Os principais protagonistas dessas entrevistas incluíram representantes da Secretaria de Governo, da Secretaria de Promoção da Mulher e da Secretaria de Segurança Pública do município de Lauro de Freitas. No âmbito dos órgãos de Segurança Pública, participam representantes da 81ª CIPM- Itinga, 52ª CIPM - Lauro de Freitas e Base Comunitária de Segurança de Itinga. Em linhas gerais, as entrevistas com autoridades municipais revelaram um comprometimento notável e iniciativas importantes para a gestão pública municipal.

O representante da Secretaria de Governo enfatizou:

Descrição da Experiência Vívda

O relato do entrevistado destaca pontos centrais na relação entre lideranças comunitárias e o poder público em Lauro de Freitas:

Atendimento às Lideranças: O gabinete recebe demandas frequentes, principalmente relacionadas à infraestrutura e questões ambientais, ou que demonstram o papel das lideranças como envolvidas entre as comunidades e o poder público.

Estrutura de Segurança no Município: O entrevistado sublinha a presença ampla de instituições de segurança no município, reforçando a percepção de que Lauro de Freitas é bem servido nesse quesito.

Histórico e Evolução Institucional: Ele relata a transição de um sistema de monitoramento e superintendência para a criação da Secretaria Municipal de

Segurança, destacando a importância dessa estrutura para a gestão de recursos e ações.

Exploração dos Significados

Com base na fenomenologia, alguns significados emergem das experiências narradas:

Participação Popular como Essência do Processo: Para o entrevistado, a participação da sociedade na formulação de políticas públicas é fundamental, pois conecta as demandas da comunidade às ações governamentais. Ele percebe interação como um ciclo — "tudo nasce dele para ele" — ressaltando a centralidade do cidadão na segurança pública.

Desafios da Participação Popular: A experiência com fóruns deliberativos revela um sentimento de frustração em relação à eficácia desses espaços. O entrevistado destaca que a falta de poder decisório da sociedade gera desmotivação, apontando um problema estrutural na condução das deliberações.

Integração Institucional: A relação entre a Secretaria de Segurança e outros órgãos é percebida como essencial e natural, mas cuidadosa de um mapeamento detalhado, refletindo desafios na sistematização dessas interações.

Redução Fenomenológica

Aplicando a redução fenomenológica, observa-se que as experiências narradas pelo entrevistado revelam uma essência de interconexão e interdependência entre a comunidade, o poder público e as estruturas de segurança. A experiência central do mesmo é marcada pela necessidade de alinhar demandas comunitárias, estruturas institucionais e recursos disponíveis para promover a segurança pública efetiva.

Considerações Sobre a Subjetividade

A entrevista evidencia a subjetividade do entrevistado em vários aspectos:

O Papel do Gabinete: A percepção de entrevistado sobre seu papel no atendimento às lideranças e na articulação com outras pastas reflete uma visão pragmática, voltada para a resolução de problemas imediatos e estruturais.

A Importância da Gestão Integrada: Uma narrativa que enfoca o impacto positivo da criação da Secretaria Municipal de Segurança, percebida como um marco organizacional para melhorar a aplicação de recursos e facilitar a interação com outros entes.

Crítica aos Fóruns Deliberativos: A frustração com a falta de impacto decisório dos fóruns reflete uma vivência de limitações institucionais, que, segundo o entrevistado, prejudica o engajamento popular.

Nesse sentido asseverou:

(...)

Primeiro boa tarde Gabriel, obrigado pelo convite e espero que a gente possa contribuir com seu trabalho. Gabriel a gente recebe lideranças de diversos lugares de Lauro de Freitas, diversas naturezas, as coisas que as pessoas mais pedem para nós e com relação a infraestrutura, iluminação, tem regiões que de fato carecem bastante disso, algumas denúncias com relação a poluição sonora, a questão de desrespeito ao meio ambiente, no que tange a questão do desmatamento, alguma coisa dessa natureza aí. (Representante da Secretaria de Governo, 2023).

A representante da Secretaria da Promoção da Mulher destacou:

Intencionalidade e as práticas da Secretaria

A Secretaria de Políticas para as Mulheres configura-se como uma característica que se orienta intencionalmente para objetivos específicos: promoção da igualdade, combate à violência e fortalecimento das mulheres no município. Essa intencionalidade é evidenciada por projetos e ações que buscam atender às necessidades específicas das mulheres, como acolhimento, capacitação e articulação com outros órgãos.

Na perspectiva husserliana, a Secretaria poderia ser vista como o "noema" (conteúdo intencional) de uma consciência social que vivencia o específico da violência de gênero e busca transformar essa realidade. A criação de espaços como o Centro de Referência Léia Gonzáles, como Salas Lilás e a Ronda Maria da Penha demonstram como a Secretaria busca construir significados que ressignifiquem as experiências de violência e exclusão em experiências de acolhimento e empoderamento.

Redução fenomenológica e as experiências das mulheres

Vivência da violência: As mulheres que procuram a Secretaria experimentam a violência como uma aparência de dor e exclusão, mas, ao acessar os serviços oferecidos, essas experiências podem ser transformadas em significados de acolhimento e resistência.

Relação com os núcleos e conselhos: A implementação das Salas Lilás em bairros distantes reflete uma tentativa de aproximar o poder público das vivências concretas das mulheres, muitas vezes marcadas por barreiras geográficas e socioeconômicas.

O conceito de "mundo da vida" (Lebenswelt)

Construção de significados coletivos: A existência de um Conselho Municipal que inclui representantes da sociedade civil revela como a Secretaria busca legitimar-se dentro do "mundo da vida" das lideranças e das mulheres. Essa construção de significado reflete uma tentativa de democratizar o poder público e aproximar-se das necessidades reais da comunidade.

Conexão com a realidade local: As parcerias com instituições como SENAI, bases comunitárias e ONGs mostram uma articulação prática com os contextos sociais que especificam o mundo vívido das mulheres e lideranças.

Fenômeno do cuidado e a relação interpessoal

A Secretaria se apresenta como mediadora de uma relação interpessoal de cuidado, representada por serviços como o acolhimento e o apoio psicológico. Sob uma ótica fenomenológica, a aparência do cuidado poderia ser explorada em sua essência, investigando como ele emerge nas práticas e como é vivenciado pelas mulheres atendidas.

Vejamos trecho da entrevista em questão:

(...)

Bom, a Secretaria de Políticas para as mulheres atualmente possuímos alguns projetos voltados para a mulher de Lauro de Freitas, temos cursos de capacitação, palestras, feiras, Workshop e oficinas com temáticas na área de mulheres em parceria com o SENAI, HEMOBA, Faculdade UNINASSAU, Faculdade UNIME, Base

Comunitária de Segurança da Itinga, Aliança empreendedora, Embasa, Projeto Ilhas, Limiar, SENAC, Avon e nós levamos para as comunidades esses serviços, então utilizamos as escolas, alguns espaços específicos e a gente leva essas parcerias as comunidades. Então a gente tem aqui o equipamento do Centro de Referência, o Lélia Gonzáles, que tem como finalidade precípua o acolhimento da mulher vítima de violência e todo o acompanhamento para essa mulher, nós temos uma equipe multidisciplinar também, nós temos assistente social, advogado, pedagoga, psicóloga e essa equipe multidisciplinar ela que acolhe e faz os encaminhamentos aos outros órgãos que necessariamente essas mulheres precisam ser atendidas. Nós temos a Ronda Maria da Penha que tem 4 anos no município, foi uma ideia da prefeita, Moema Gramacho que trouxe, através da Secretaria de Segurança Pública, é muito ativa, tem as assistidas, mas além do serviço específico que é direcionado para a Ronda que é o acompanhamento das medidas protetivas ela faz o que, ela traz essas assistidas até ao equipamento para criar relações, nós já fizemos aqui os aniversários da ronda, nós temos cursos, temos atividades específicas para as mulheres assistidas, por que as vezes elas não querem participar, isso é uma questão que já tentamos passar para elas, elas querem algo específico, curso específico, mas o nosso interesse, o nosso desejo é que elas estejam participando também das atividades em geral independente de assistidas ou não por entender que elas precisam estar agregando nas suas vidas essa conjunção entre a mulher que não foi vítima de violência e aquela que foi, mas é um trabalho que estamos fazendo, tanto a ronda, como a secretaria da mulher para que a gente possa unir essas mulheres. Nós temos também o Núcleo de atendimento à mulher, bom a ideia a princípio foi que por estarmos aqui na Secretaria da Mulher em Vilas do Atlântico, nós temos alguns bairros um pouco distantes, por exemplo, como Areia Branca, e que foi implantado no ano passado, o primeiro núcleo de apoio a mulher do município e apenas em seis meses nos tivemos junto com a parceria do nosso Comandante Enaldo, que nos disponibilizou um espaço naquele local, na base comunitária de Areia Branca e nós temos lá a Sala Lilás que hoje nós já temos um resultado positivo para o atendimento, mas a gente sabe que é negativo porque mulheres sofrem naquele espaço, naqueles lugares e estavam sofrendo e não tinha um equipamento que elas conseguiam pelo menos se apresentar e colocar em pauta aquilo que ela estava sofrendo. E hoje nós estamos já fazendo os encaminhamentos (Representante da Secretaria da Mulher, 2023).

O representante da Secretaria de Segurança Pública Municipal, responsável pela recente criação da Secretaria, ressaltou:

Intencionalidade das Falas

O entrevistado enfatiza a necessidade de articulação entre diferentes órgãos (Guarda Municipal, Polícia Militar, Polícia Civil). A intenção aqui parece estar na

busca de um modelo de segurança integrado, voltado para a eficiência e redução de conflitos institucionais.

Ele destaca a criação da Secretaria como um marco inovador para fortalecer a segurança pública local. Isso revela uma intencionalidade de reconhecimento do município como protagonista na segurança pública, em oposição à visão tradicionalmente centralizada.

Essência da Experiência Relatada

O papel do município na segurança pública: A inovação na criação da Secretaria Municipal é apresentada como uma resposta a uma lacuna identificada, onde a segurança local se mostra insuficiente sem uma estrutura municipal específica.

A articulação interinstitucional como elemento-chave: O entrevistado atribuiu grande valor à integração entre forças, à participação comunitária e à busca de recursos externos como pilares para o sucesso da gestão da segurança.

Mundo da Vida (Lebenswelt)

O mundo da vida do entrevistado pode ser entendido a partir de seu histórico na Polícia Militar e da nova função como articulador no âmbito municipal. Esses elementos influenciam sua visão de que a segurança pública não é apenas uma questão de ordem e repressão, mas também de planejamento e construção de políticas inclusivas.

Aspectos Fundamentais da Entrevista

Percepção da segurança como responsabilidade coletiva: A fala sugere que o município precisa se posicionar ativamente, criando mecanismos para gerenciar a segurança, como guarda municipal e parcerias.

Desafios estruturais e políticos: Ele menciona as dificuldades de financiamento e a necessidade de sensibilização política como barreiras que precisam ser superadas para consolidar esse modelo.

Valorização da interação comunitária: A articulação com a comunidade é um dos pontos de destaque, demonstrando uma visão ampliada e preventiva de segurança pública.

Vejamos trecho da entrevista em questão:

(...)

A gente sabe que, por definição constitucional, a responsabilidade da Segurança Pública é primordialmente dos Estados, muito embora essa própria Constituição já defini que Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. E hoje, cada vez mais, os munícipes, aqueles que habitam a cidade, têm dado responsabilidade, têm exigido do gestor público municipal uma participação, uma responsabilidade maior em termos de Segurança Pública.

(...)

Também estamos aqui em busca de trabalhar como algodão entre cristais, como articulador. Eu, por exemplo, que venho da Polícia Militar, tenho um contato mais natural com o pessoal da Polícia militar, com o pessoal da Polícia Civil, para fazer essa articulação, inclusive com a guarda municipal, para estreitar essa relação. Para Você tem alguma ideia? Será algo que você pode perguntar lá embaixo. Estamos tentando tirar agora cerca de 1.900.000 reais do Banco Federal. Com duas entidades que estamos participando. E uma das exigências que o Banco Federal está determinando só vai viabilizar projetos de municípios que tenham secretaria municipal. (Representante da Secretaria de Segurança, 2023).

Nesse passo, as entrevistas revelam uma abordagem abrangente e colaborativa das autoridades municipais de Lauro de Freitas, confirmando a importância da participação popular, integração entre órgãos e busca por recursos externos ao município para fortalecer a gestão pública em diversas áreas, desde segurança até promoção da igualdade de igualdade gênero. As autoridades policiais do município, já citadas acima, trazem para pesquisa aspectos cruciais para compreender a dinâmica do policiamento na região. O representante da 81ª CIPM asseverou:

Descrição da Experiência Vívda

Relação de Subordinação : A percepção de que um BCS é uma extensão direta da companhia reflete a centralidade da cooperação hierárquica para garantir eficácia operacional e alinhamento de valores institucionais.

Abertura para a Comunidade: A disponibilização de projetos e a receptividade a iniciativas comunitárias sugerem um esforço deliberado para criar

um ambiente acessível e inclusivo, evidenciando a tentativa de estabelecer uma proximidade entre a polícia e a sociedade.

Utilização de Tecnologia: A implementação de um painel para monitorar e organizar os projetos do BCS simboliza a busca por uma gestão mais eficiente e integrada.

Exploração dos Significados

Do ponto de vista fenomenológico, alguns aspectos ganham relevância:

O Conceito de Responsabilidade: Para o entrevistado, a responsabilidade pessoal e institucional emerge como uma essência central de sua abordagem ao policiamento. Essa vivência demonstra uma compreensão ética do papel policial que vai além da ação repressiva.

A Interação com Lideranças Comunitárias: A abertura para projetos comunitários e a interação com lideranças refletem uma percepção de que a prevenção da violência é um esforço coletivo, onde o policial atua também como mediador e educador. Essa experiência manifesta a vivência de um ideal de segurança cidade.

A Experiência da Prevenção da Violência: A relação entre os números de crimes reduzidos e as ações comunitárias mostra como o entrevistado percebe e vivencia o impacto positivo de estratégias preventivas, conectando suas práticas à transformação do espaço social.

Redução Fenomenológica

Aplicando a redução fenomenológica, observa-se que a essência da experiência relacionada pelo entrevistado não reside apenas na execução de funções policiais, mas no engajamento social e na gestão de interações humanas como um elemento primordial do combate à violência. Para o mesmo, a segurança pública é vivenciada como uma construção compartilhada, em que todos os atores — Estado, sociedade e instituições locais — têm papéis complementares.

Considerações Sobre a Subjetividade

A entrevista também revelou:

Uma preocupação com o equilíbrio entre autoridade e acessibilidade, ao promover a subordinação do BCS à 81ª CIPM, mas também ao incentivo à participação comunitária.

A vivência de um ideal de segurança enquanto harmonia social, refletiu nossos esforços para evitar viés políticos e manter uma atuação inclusiva e gratuita.

Vejamos trecho da entrevista da mesma:

(...)

Institucionalmente o policiamento que a gente tem aqui e o que se determina, e o que é importante, e necessário, com o que tiver vamos operar, nós temos hoje uma diversidade muito grande de modalidades de policiamento acontecendo, de unidades que operam em Lauro de Freitas e que refletem a importância da cidade, por ser área limite com a capital baiana. Em relação a base comunitária, para gente é uma satisfação muito grande ter uma base comunitária, e a gente opera por um viés, não sei se os outros comandantes adotam da mesma forma, mas eu tenho a base comunitária como uma das nossas subseções, nada acontece na base sem que passe pela gente aqui, e assim como eu tenho a seção de planejamento aqui, eu tenho a seção de inteligência, eu tenho a secretária, eu tenho a base como responsabilidade, já que eu tenho, desde que eu me entendo, eu sei que responsabilidade é algo que não se transfere, cada um tem a sua e dentro da sua importância, dentro da sua necessidade todo mundo opera, todo mundo realiza ações

(...)

Sim, assim, as aparições públicas, em todos os momentos que conversamos com a comunidade, com essas lideranças, as pessoas que se organizam para montar projetos, a gente informa eles que a nossa atuação lá como instrutor, nossa atuação como mediador, nossa atuação como orientador, sentado em uma mesa com uma caneta e um papel na mão, é tão importante quanto a nossa atuação como policial militar propriamente dito em uma viatura com a arma em punho, até por que nós temos reflexos diferentes e significações diferentes do que é violência, criminalidade, sensação de segurança, então seria muito pequeno a gente entender que isso tudo é só de polícia militar, isso tudo é muito maior e a atividade que a gente realiza na base comunitária, tem sim relação direta nos nossos números na companhia, não é à toa que estamos fechando 1 ano e três meses de companhia e a gente teve uma redução de quase 60% de crimes violentos e intencionais, e quase 40% de crimes violentos patrimoniais (Representante da 81ª CIPM, 2023).

Já a entrevista com o representante da 52ª CIPM-Lauro de Freitas destacou:

A Experiência da Subordinação e Estrutura Organizacional

O entrevistado enfatizou a organização hierárquica e a subordinação da Base Comunitária de Itinga à 81ª CIPM. Sob uma perspectiva fenomenológica, esse relato

pode ser interpretado como uma experiência organizacional que revela a dinâmica da distribuição de responsabilidades e autoridade entre as instituições. Essa estrutura de influência não é apenas a funcionalidade operacional, mas também a percepção das relações de poder e dependência no âmbito do policiamento.

A Relação com a Comunidade

O entrevistado descreveu um esforço constante para se aproximar da polícia da comunidade, utilizando ferramentas como grupos de “*WhatsApp*” e reuniões trimestrais. Foi possível capturar o significado dessa prática tanto para o agente da polícia quanto para as lideranças comunitárias, revelando uma vivência de interconexão, diálogo e cooperação.

A criação de canais de comunicação mais ágeis, como os grupos mencionados, pode ser comprovada como uma manifestação concreta da busca por uma maior integração e corresponsabilidade, reforçando a sensação de segurança compartilhada e eficiente.

A Prevenção da Violência como Vivência Compartilhada

Uma narrativa sobre o uso de grupos comunitários, reuniões e ações conjuntas evidencia a percepção de que a segurança pública transcende o papel exclusivo do Estado. A experiência relacionada de trabalho em parceria com a prefeitura e lideranças comunitárias aponta para uma compreensão coletiva da segurança. Essa concepção dialoga diretamente com a ideia de “prevenção da violência” como um aspecto vívido intersubjetivamente, onde cada ator tem um papel significativo.

Desafios e Demandas da Comunidade

O entrevistado destaca problemas recorrentes, como poluição sonora, violência doméstica e furtos, além do impacto do crescimento populacional em Lauro de Freitas. Foi possível verificar como esses desafios moldam a experiência cotidiana da comunidade e da própria polícia, que tenta responder a tais questões em um contexto de limitações estruturais.

Integração Interinstitucional

A interação com secretarias municipais e a Guarda Municipal demonstra uma vivência de parceria institucional. Sob a ótica fenomenológica, isso pode ser entendido como uma experiência de interdependência, em que as práticas colaborativas revelam um fenômeno mais amplo: a segurança pública como um esforço coletivo, dinâmico e adaptativo.

Vejamos trecho da entrevista em questão:

(...)

Com certeza, eu costumo falar nas reuniões comunitárias, que é uma das poucas cidades que tem esse privilégio de ter duas companhias independentes, um batalhão de polícia militar, um comando de policiamento regional aqui no centro da cidade, além disso nós temos 3 delegacias para atender toda a comunidade, uma em Itinga, uma Portão, e outra que toma conta da parte do centro da cidade. Então é realmente muito bem policiada (Representante da 52ª CIPM, 2023).

Por fim, a entrevista com a representante da Base Comunitária de Itinga, revela:

Vivência Profissional e Propósito

A entrevistada relata uma forte identificação com o policiamento comunitário, evidenciada por sua trajetória e escolha em trabalhar com projetos sociais, como os realizados por Ronda Maria da Penha. A essência de sua experiência é marcada pela crença no impacto positivo da integração comunitária para prevenir a violência.

Relações e Interdependência

A interação com a Prefeitura e lideranças locais surge como fundamental para a retomada das atividades na Base Comunitária de Segurança após uma pandemia. A entrevistada enfatizou que os projetos só foram possíveis devido a colaborações externas, refletindo uma rede de apoio que transcende a estrutura policial tradicional.

Desafios Institucionais e Comunitários

Um aspecto central na experiência relacionada é o déficit de apoio da Polícia Militar da Bahia em relação a Base Comunitária. Essa percepção reforça um sentimento de desamparo institucional, contraposto à proximidade com a

comunidade e parceiros externos. A dificuldade na divulgação de projetos e na obtenção de recursos limita a expansão das iniciativas.

Significado do Trabalho Comunitário

A entrevistada atribui um significado profundo ao seu papel, vendo-o como um meio de transformar a realidade social. Essa visão se manifesta na descrição de ações práticas que promovem prevenção e apoio às populações vulneráveis, incluindo mulheres em situação de violência doméstica.

Limitações Estruturais e Impacto Emocional

A falta de recursos e a sobrecarga de responsabilidades administrativas são barreiras percebidas que dificultam a realização de atividades prioritárias, como a "patrulha comunitária". Além disso, a natureza emocionalmente exaustiva do trabalho é destacada, marcando o impacto psicológico de lidar constantemente com histórias de sofrimento.

Esperança e Perspectiva Futuras

Apesar das adversidades, a entrevistada demonstra otimismo ao destacar os benefícios dos projetos implementados e o potencial de participação popular na prevenção da violência.

Nesse sentido vejamos trecho da entrevista em questão:

(...)

Bom dia, eu estou na Base Comunitária a 1 ano, mas estou no Município de Lauro de Freitas trabalhando com o policiamento comunitário a 3 anos e meio. Antes da Base eu estive na Ronda Maria da Penha pela 52 CIPM, então eu já venho com esse trabalho comunitário a bastante tempo aqui em Lauro de Freitas e por isso fui convidada para assumir o comando da Base Comunitária. Chequei na Base Comunitária logo após a pandemia, a Base Comunitária não tinha projetos, estava vazia, por conta da pandemia, gostaria de deixar isso bem claro, nada a ver com os comandantes anteriores. E aí a minha missão foi tocar o barco, na verdade, colocar novamente o barco para andar, e a gente conseguiu juntamente com a comunidade, queria deixar bem claro, em especial com a ajuda da Prefeitura de Lauro. Então, a gente conseguiu muitos projetos, eles deram certo porque a Prefeitura, algumas pessoas da Prefeitura que

eu conhecia conseguiram me ajudar. A Secretaria de Políticas para as Mulheres, como eu estava muito próxima e por ser mulher, conseguiu me ajudar a colocar o projeto de informática para frente, também me doou um instrutor. O vereador “Decinho” me auxiliou me doando o professor de ginástica, de educação física e nós temos o projeto de educação física para a melhor idade. E o vereador “Wellington Negão” me ajudou a colocar 2 projetos, ginástica rítmica para as crianças e o Jui-jítsu, que infelizmente o professor faleceu esse mês e a gente ficou sem, mas assim, a parceria com a Prefeitura ela é muito latente aqui na Base Comunitária.

(...)

Eu acredito que hoje, um dos maiores desafios aqui na Base Comunitária é a própria polícia militar, que a gente não vem tendo esse lastro de apoio, tudo é feito com muita dificuldade e com muita ajuda da população, da comunidade, da Prefeitura. Nós temos um outro projeto, que é o projeto “Abrindo Horizontes” que a gente conseguiu com a OAB. Então a OAB vem uma vez no mês fazer atendimento jurídico para a comunidade, mas assim, é muito difícil a gente conseguir expor esse projeto para a comunidade, para que a comunidade venha, porque não conseguimos fazer a divulgação. Então nós temos algumas nuances né, a questão da divulgação é muito complicada, hoje a gente só tem o “Instagram”. A gente não consegue, para a gente colocar um som, precisa da Prefeitura, então a Base Comunitária não consegue ter, assim, uma independência, até financeira que a gente precisaria, porque para a gente chamar o aluno, a gente precisa de divulgar, e cadê essa verba de divulgação, a gente precisa divulgar, só Instagram não cabe, que em uma comunidade, se tem Base Comunitária é porque é uma comunidade carente, se é uma comunidade carente, muita gente não tem acesso a Instagram. Então, eu hoje vejo que, a instituição ela não está abraçando a base comunitária (Representante da Base Comunitária de Itinga, 2023).

Portanto, a análise evidencia a complexidade e as diferentes perspectivas na execução do policiamento comunitário em Lauro de Freitas, demonstrando a necessidade de abordagens adaptativas e colaborativas para enfrentar os desafios locais.

5.2 ANÁLISE E IDENTIFICAÇÃO DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DE LAURO DE FREITAS

A partir da análise preliminar dos dados fornecidos, foram formulados questionamentos com o propósito de aprofundar as informações, conforme os ofícios constantes nos Apêndices B, C e D, nos quais se buscou levantar dados

sobre as lideranças comunitárias mais atuantes no cotidiano da comunidade, bem como a atuação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher.

Dessa maneira, foi possível identificar, por meio do Gabinete da Prefeitura de Lauro de Freitas, a presença de entidades como a Associação de Karatê- ASFOK (situada em Itinga); Associação das Artesãs (localizada no Bairro de Itinga); Associação dos Food Trucks e a atuação destacada da liderança do bairro de Areia Branca.

Por sua vez, o Comando da 81ª CIPM- Itinga informou sobre a implementação de diversos projetos direcionados à comunidade de Itinga e áreas adjacentes, com o objetivo de oferecer serviços, assistencialismo e promoção da prevenção primária em segurança pública, conforme detalhado abaixo. Entretanto, no que diz respeito às lideranças comunitárias, o atual Comandante da 81ª CIPM-Itinga tem empreendido esforços para iniciar um processo de aproximação no município Lauro de Freitas, vejamos os projetos citados:

Quadro 02- Projetos BCS Itinga

PROJETOS EM LANÇAMENTO – BCS/ITINGA 2023	
PROJETO - EDUCAÇÃO DE BASE	REFORÇO ESCOLAR
PROJETO - ARTE É VIDA	TEATRO
PROJETO – PRIMEIRO SOM	AULAS DE MUSICA (FILARMÔNICA)

PROJETOS ATIVOS – BCS/ITINGA 2023	
VIDA LEVE / VIVER MELHOR	ATIVIDADE FISICA P/ MELHOR IDADE
VIDA LEVE / VIVER MELHOR	GINÁSTICA RÍTMICA
PROJETO - BASE.NET	INFORMATICA BASICA
PROJETO - LUTA CIDADÃ	DEFESA PESSOAL FEMININO
PROJETO - MÃES QUALIFICADAS E EFICIENTES	OFICINAS P/ MÃES QUE POSSUI FILHOS ESPECIAIS

Fonte: Comando da 81ª CIPM

Já o Comando da 52ª CIPM – Lauro de Freitas informou a existência da Associação de Moradores de Vilas do Atlântico – AMOVA (localizada no Bairro de

Vilas do Atlântico); Associação Amigos e Moradores de Ipitanga- AMI (localizada no Bairro de Ipitanga); Associação de Moradores do Loteamento Jardim do Atlântico- (Localizada no Bairro de Vilas do Atlântico); Sociedade Amigos do Loteamento de Vilas do Atlântico- SALVA (Localizada no Bairro de Vilas do Atlântico).

Além das lideranças em questão, foram possíveis identificar a Associação de Moradores do Loteamento Portão do Sol- AMPS (Localizada no bairro de Buraquinho); Associação de Moradores e Amigos de Buraquinho- AMABU (Localizada no bairro de Buraquinho); União de Moradores e Empresários- UNIMB (Localizada no bairro de Buraquinho).

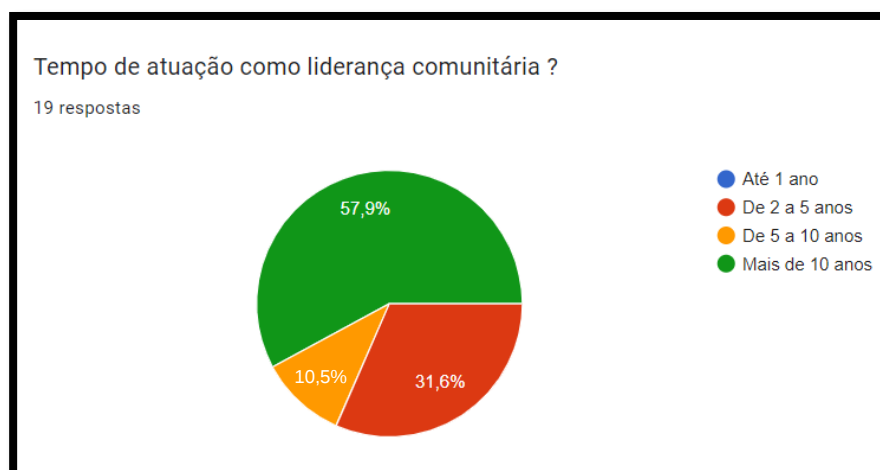
Diante desse contexto, após verificar as lideranças indicadas pelas autoridades municipais atuantes no Município de Lauro de Freitas, a pesquisa avançou para a fase de aplicação de um questionário estruturado no formato *Google Forms*.

Assim, responderam o referido questionário um total de 19 (dezenove) lideranças, sendo destacada a atuação das mesmas em uma ampla gama de áreas, como defesa de moradores e condomínios, apoio a comunidades carentes, defesa dos direitos dos animais, promoção do movimento cultural, combate à poluição sonora, defesa da mulher e participação em conselhos comunitários. Um aspecto notável é a distribuição dessas lideranças nos principais bairros da região, como Buraquinho, Miragem, Itinga, Portão, Centro, Vida Nova, Quingoma, e outras localidades.

Essa diversidade de atuações e distribuição geográfica evidencia a amplitude do engajamento comunitário no município, abrangendo tanto questões sociais quanto ambientais. A presença de lideranças em setores tão variados ressalta a complexidade e interconexão dos desafios enfrentados pela comunidade. Este panorama reforça a importância de uma abordagem integrada e colaborativa, enfatizando a necessidade de cooperação entre diferentes lideranças e bairros para promover efetivamente a segurança e o bem-estar de todos os cidadãos em Lauro de Freitas.

Foi possível a ampliação das análises, levando em consideração os dados abaixo elencados, no qual temos uma perspectiva ainda mais abrangente e enriquecedora, vejamos:

Gráfico 2- Tempo de atuação como liderança comunitária



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

O gráfico em questão revela informações sobre a longevidade da atuação de líderes comunitários, fornecendo *insights* valiosos para compreender a estabilidade e o comprometimento dessa liderança. Notavelmente, 57,9% dos participantes indicaram uma experiência superior a 10 anos, destacando uma presença consistente e duradoura na comunidade. Este dado sugere uma base sólida de liderança, consolidada ao longo do tempo, capaz de cultivar relações profundas e entender as complexidades locais.

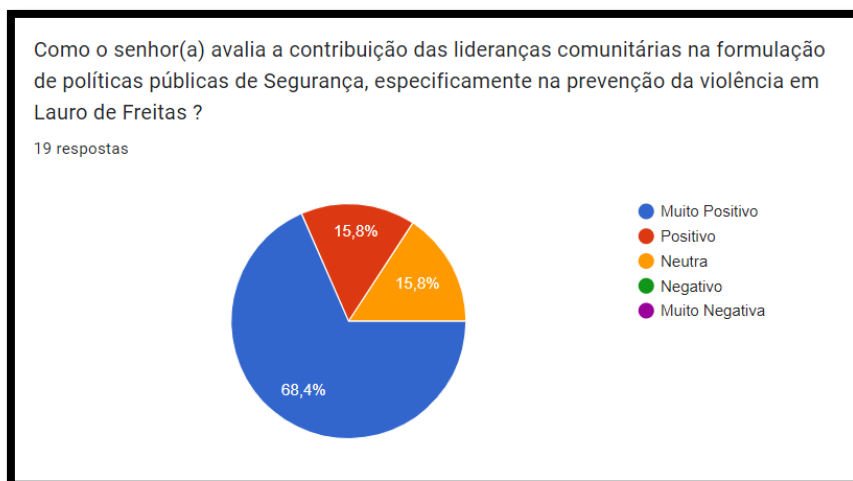
Ao observarmos os 31,6% que relataram uma atuação de 2 a 5 anos, percebemos uma dinâmica interessante. Essa porção significativa pode representar uma renovação constante de lideranças, trazendo novas perspectivas e abordagens para os desafios comunitários. A diversidade temporal sugere que a liderança comunitária é tanto uma expressão da continuidade como da evolução, adaptando-se às necessidades em constante mudança.

Por fim, os 10,5% que afirmaram ter uma atuação entre 5 a 10 anos ocupam uma posição intermediária, contribuindo para a estabilidade enquanto incorporam elementos da experiência e da novidade. Essa faixa temporal sugere uma fase de consolidação, onde líderes adquirem uma compreensão mais profunda dos problemas locais e aprimoram suas estratégias.

Em suma, o gráfico revela que a liderança comunitária é um fenômeno multifacetado, com diferentes líderes contribuindo em diversas etapas de sua trajetória. A diversidade temporal reflete a riqueza da dinâmica comunitária,

ressaltando a importância tanto da continuidade como da inovação para o progresso sustentável das comunidades.

Gráfico 3- Contribuição das lideranças comunitárias



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

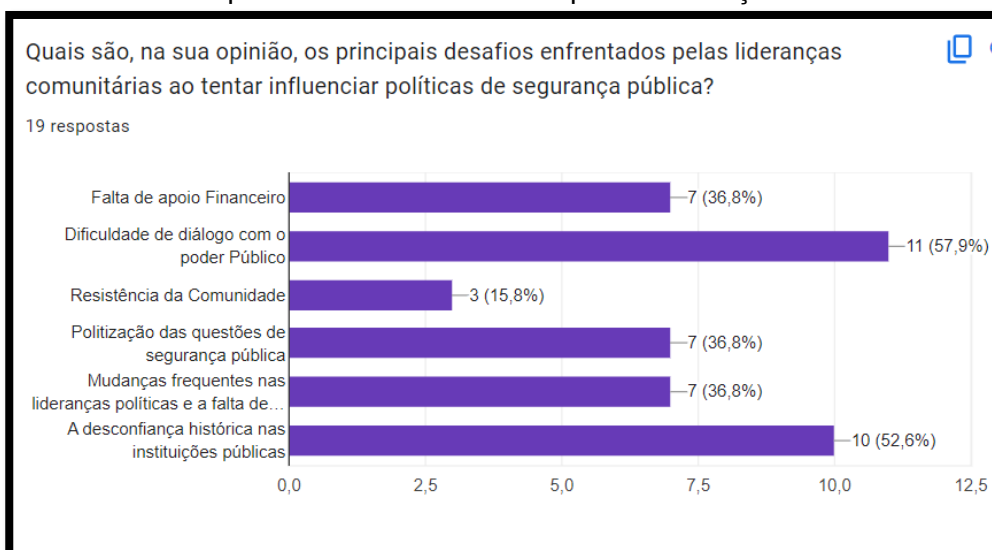
O gráfico que retrata a avaliação da contribuição das lideranças comunitárias na formulação de políticas públicas de segurança em Lauro de Freitas oferece um panorama esclarecedor. Destaca-se que expressivos 68,4% dos participantes percebem essa contribuição como muito positiva, indicando um reconhecimento substancial da efetividade dessas lideranças no cenário da prevenção da violência. Tal percepção sugere uma relação sólida entre as lideranças comunitárias e o desenvolvimento de estratégias eficazes para a segurança local.

É interessante notar que, embora haja uma maioria clara de avaliações muito positivas, 15,8% dos respondentes posicionaram-se como neutros. Este grupo pode indicar uma parcela da comunidade que, embora não negue a contribuição das lideranças comunitárias, possa demandar uma análise mais aprofundada ou o aprimoramento contínuo dessas iniciativas para consolidar uma percepção completamente favorável. A compreensão dessa diversidade de opiniões é essencial para fortalecer ainda mais o papel das lideranças comunitárias na construção de políticas públicas eficazes de segurança em Lauro de Freitas.

Ademais, a análise do gráfico sugere um apoio considerável à contribuição das lideranças comunitárias, mas também destaca a importância de abordar as preocupações daqueles que se mostraram neutros, promovendo um diálogo

contínuo e adaptando as abordagens de segurança para atender às diversas perspectivas da comunidade

Gráfico 4- Principais desafios enfrentados pelas lideranças comunitárias



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

O gráfico que examina os principais desafios enfrentados pelas lideranças comunitárias ao tentar influenciar políticas de segurança pública revela um panorama desafiador e multifacetado. Notavelmente, 57,9% dos participantes destacaram a dificuldade no diálogo com o poder público como um obstáculo significativo. Esse dado sugere uma lacuna percebida na comunicação entre as lideranças comunitárias e as instituições governamentais, indicando a necessidade de estratégias mais eficazes para promover uma colaboração construtiva.

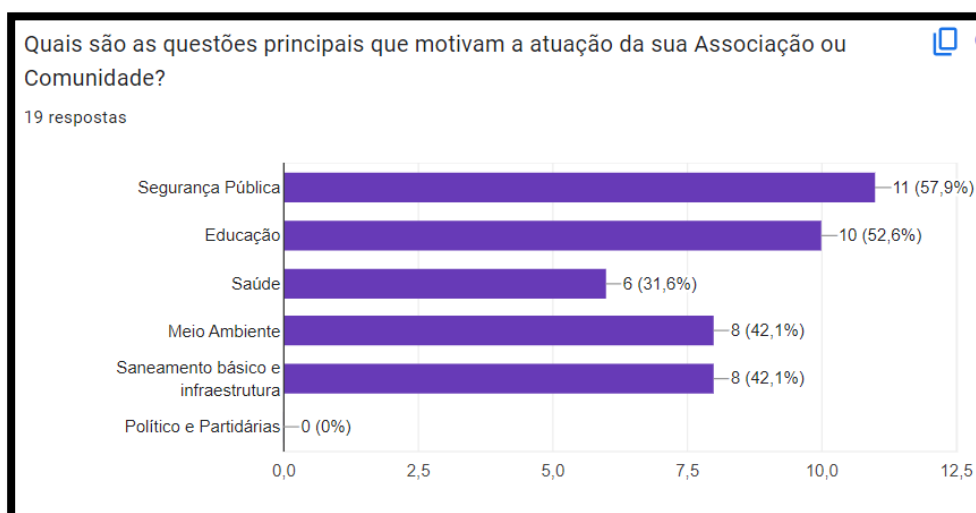
Além disso, os 52,6% que apontaram a desconfiança histórica nas instituições públicas como um desafio crucial refletem uma preocupação arraigada na comunidade. Essa desconfiança histórica pode ser resultado de experiências passadas, e abordar essa questão requer um esforço contínuo para reconstruir a confiança e promover a transparência nas ações do poder público.

Ademais, 36,8% dos entrevistados destacaram a superação da politização das questões de segurança pública como um obstáculo significativo. Isso sugere que a polarização política e a manipulação de informações sobre segurança pública podem ser um grande desafio para as lideranças comunitárias, tornando difícil para elas desenvolverem políticas eficazes e ganharem apoio da população. Além disso, a politização também pode levar a uma falta de confiança na capacidade das

lideranças comunitárias de implementação de soluções eficazes, o que pode afetar negativamente a capacidade de influência de políticas de segurança pública.

Assim, a análise do gráfico destaca a importância de superar barreiras no diálogo com o poder público e abordar a desconfiança histórica para fortalecer a eficácia das lideranças comunitárias na influência das políticas de segurança pública. Esses desafios exigem estratégias inclusivas e uma abordagem colaborativa para construir pontes entre as lideranças locais e as instituições governamentais, promovendo um ambiente mais seguro e confiável para a comunidade como um todo, sendo os Conselhos de Segurança relevantes neste processo evolutivo.

Gráfico 5- Motivação para atuação da Associação ou Comunidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

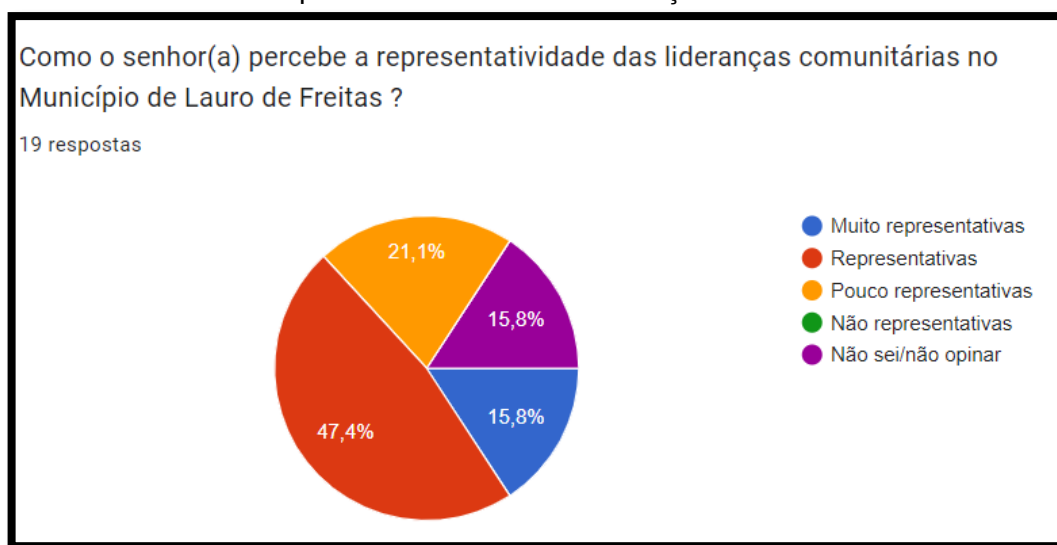
O gráfico que delineia as questões principais que motivam a atuação de uma associação ou comunidade no município em estudo, oferece uma visão elucidativa das prioridades locais. Destaca-se que expressivos 57,9% dos respondentes identificaram a Segurança Pública como a motivação primordial. Esse dado reflete a urgência percebida em abordar desafios relacionados à segurança, indicando uma comunidade que busca garantir um ambiente estável e protegido para seus membros.

Além disso, os 52,6% que apontaram a Educação como uma questão central refletem a conscientização sobre a importância do desenvolvimento educacional para o progresso sustentável da comunidade. A dualidade entre Segurança Pública

e Educação revela um equilíbrio delicado entre a proteção imediata dos cidadãos e o investimento no potencial futuro por meio da educação.

Em síntese, a análise do gráfico sublinha a complexidade das motivações que impulsionam a atuação da associação ou comunidade, destacando a necessidade de abordagens integradas que abordem tanto as preocupações imediatas de segurança quanto as demandas educacionais para um crescimento duradouro e significativo.

Gráfico 6- Representatividade das lideranças comunitárias



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

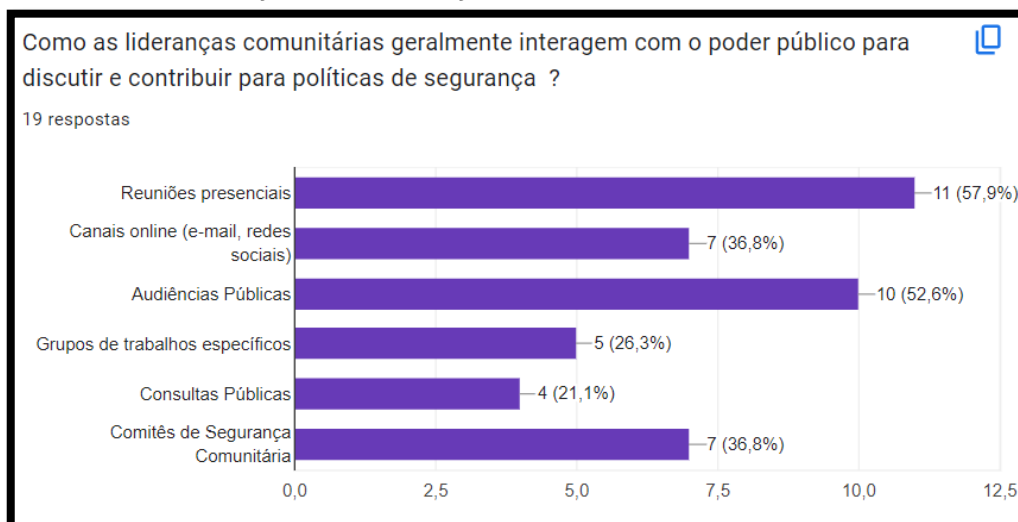
O gráfico que apresenta a percepção da representatividade das lideranças comunitárias em Lauro de Freitas revela uma visão valiosa. Nota-se que 47,4% dos participantes percebem as lideranças como representativas, indicando um reconhecimento significativo em relação à capacidade de abordar as necessidades e aspirações da comunidade que representam.

Contudo, é crucial notar que 21,1% considera as lideranças como pouco representativas. Essa crítica aponta para a necessidade de melhorar a representatividade, reconhecendo que há espaço para aprimoramentos na inclusão de diversas perspectivas dentro das associações.

Nesse passo, a análise do gráfico destaca a importância do autoexame por parte das lideranças comunitárias em Lauro de Freitas, incentivando-as a buscar constantemente uma representatividade mais abrangente e inclusiva. Essa reflexão é fundamental para fortalecer a relação entre líderes e comunidade, promovendo

uma liderança que verdadeiramente reflita e atenda às demandas diversas da população local.

Gráfico 7- Interação das lideranças comunitárias e o poder público



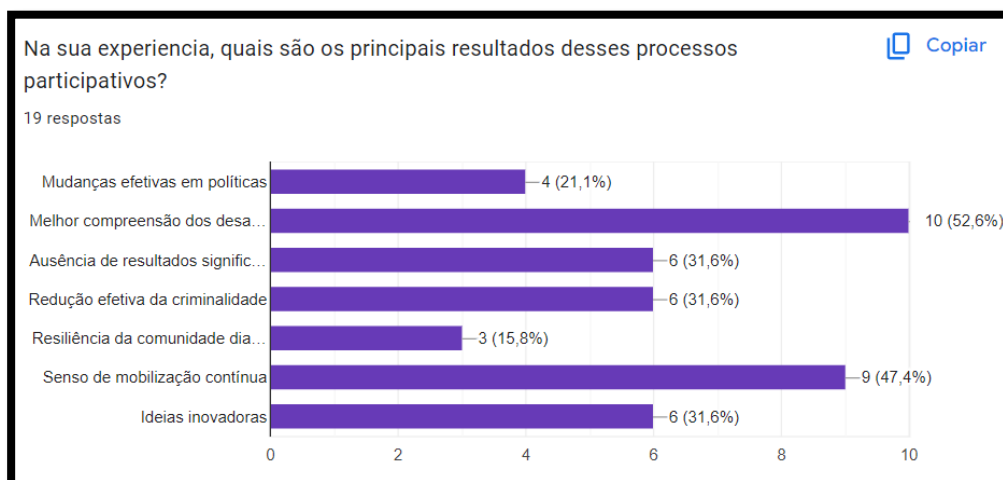
Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

O gráfico que explora a interação das lideranças comunitárias com o poder público na discussão e contribuição para políticas de segurança emite uma visão esclarecedora sobre os mecanismos predominantes de diálogo. Notavelmente, 57,9% dos participantes indicaram que essa interação ocorre principalmente por meio de reuniões presenciais. Este dado reforça que as lideranças comunitárias de Lauro de Freitas mantêm um contato mais direto com seus representantes do poder público.

Paralelamente, os 52,6% que mencionaram audiências públicas como um canal significativo de interação ressaltam a relevância da transparência e participação aberta. As audiências públicas emergem como espaços cruciais onde a comunidade e as lideranças podem expressar suas opiniões, influenciando diretamente o desenvolvimento das políticas de segurança.

Assim, a análise do gráfico evidencia que tanto as reuniões presenciais quanto as audiências públicas desempenham papéis essenciais na interação entre lideranças comunitárias e o poder público. A combinação desses métodos pode fortalecer a eficácia das contribuições comunitárias, contudo não podemos desprezar os canais online, apontados por 36,8% dos entrevistados, assim como, Comitês de Segurança Comunitárias (36,8%).

Gráfico 8- Resultado dos processos participativos



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

O gráfico que discute os resultados dos processos participativos revela percepções fundamentais sobre os impactos dessas iniciativas na comunidade. Destaca-se que 52,6% dos participantes indicaram uma melhor compreensão dos desafios da comunidade como resultado desses processos. Esse dado sugere que as práticas participativas estão efetivamente proporcionando *insights* valiosos, promovendo uma visão mais abrangente e informativa sobre as necessidades e obstáculos enfrentados pela comunidade.

Além disso, 47,4% mencionaram um senso de mobilização contínua como importante para os processos participativos. Esse engajamento sugere que, para quase metade dos participantes, a participação ativa na comunidade não é apenas um evento pontual, mas um estímulo para o envolvimento constante em iniciativas que visam melhorar as condições locais.

Em síntese, a análise do gráfico sugere que os processos participativos não apenas aprimoram a compreensão dos desafios, mas também inspiram um comprometimento contínuo, evidenciando a eficácia dessas práticas na promoção do desenvolvimento comunitário sustentável.

Por fim, os representantes da comunidade que responderam à pesquisa tiveram a oportunidade de manifestar seu pensamento de forma mais aberta sendo que verificou-se contribuições valiosas para aprimorar a relação entre a comunidade e os órgãos públicos na esfera da segurança pública.

5.3 PERSPECTIVAS PARA A COLABORAÇÃO ENTRE COMUNIDADE E PODER PÚBLICO

Segundo a norma pátria brasileira, a segurança pública deve ser encarada como responsabilidade de todos, desta forma as ações policiais e institucionais do Estado para a manutenção da ordem pública devem ser apoiadas e fiscalizadas por entes da sociedade em geral.

Não obstante, o nosso código processual penal estabelece em seu Art. 5ª “Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito” (Brasil, Decreto-Lei Nº 3.689/41). Assim, conforme mandamento legal os órgãos do sistema de segurança pública, com o poder de polícia peculiar a atividade, devem atuar para reestabelecer a harmonia e a tranquilidade, o que não exclui a responsabilidade do cidadão.

Nesse mesmo sentido, o Estatuto do Idoso, prevê em seu art. 6º que: “Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento” BRASIL, LEI Nº 10.741/03). Prossegue o Estatuto da Criança e do Adolescente: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.” (Brasil, Lei nº 8.069/90).

Conforme vem sendo tratado na presente obra, a participação popular no processo construção de políticas públicas de prevenção à violência e criminalidade, sem dúvida pode influir na diminuição dos índices já apresentados, isso porque, de acordo com Goldstein “Os cidadãos estão muitas vezes em uma posição mais privilegiada do que a polícia para observar situações suspeitas e fazer as perguntas que levarão à descoberta de um crime. [...]”. Diferentemente da polícia, já que “A realidade é que a polícia não tem como criar uma capacidade que venha a aproximá-la da capacidade coletiva que a população tem para deter crimes, informar agressões, identificar criminosos e dar auxílio em um processo” (Goldstein, 2003, p. 90).

Tal enfrentamento da violência e criminalidade não deve ficar restrito apenas à aproximação da comunidade com os entes policiais para identificação de

criminosos, denúncias de arbitrariedades e informar agressões, tal desiderato, deve ser ampliando para instar os demais órgãos do poder público para o enfrentamento das causas que desencadeiam o fenômeno da violência, vejamos:

Os 'bairros sensíveis' cumulam os principais fatores de insegurização: altas taxas de desemprego, empregos precários e atividades marginais, habitat degradado, urbanismo sem alma, promiscuidade entre os grupos de origem étnica diferente, presença permanente de jovens ociosos que parecem exibir sua inutilidade social, visibilidade de práticas delinquentes (sic) ligadas ao tráfico de drogas e às receptações, frequência (sic) das 'incivildades' dos momentos de tensão e de agitação e dos conflitos com as 'forças da ordem', etc. A insegurança social e a insegurança civil coincidem aqui e se entretêm uma à outra (Castel, 2005, p. 55).

Nessa perspectiva, alinhado aos objetivos delineados nesta pesquisa, a revisão literária conduzida sob a orientação de Alberto Koppittke (2023) proporcionou uma identificação criteriosa de programas que demonstraram eficácia no enfrentamento à violência. Esses programas exemplares podem ser sumarizados da seguinte forma:

Quadro 03- Programas para enfrentamento dos crimes em geral

Problemática: Crimes em Geral

Medida	Descrição
1) Melhoria da iluminação pública	O sistema de iluminação promove a vitalidade do espaço público, ampliando a visibilidade e, consequentemente, a habilidade das potenciais vítimas em identificar riscos. Além disso, contribui para fortalecer a vigilância coletiva entre os cidadãos e a atuação policial, aumentando a exposição da violência a situações de maior risco.
2) Policiamento de janelas quebradas utilizando solução de problemas	Busca-se identificar com precisão os desafios enfrentados pela comunidade, desenvolvendo soluções de maneira colaborativa com a população. Para isso, são aproveitadas experiências bem-sucedidas de outras localidades. O objetivo é criar programas direcionados para abordar problemas específicos, como o consumo exacerbado de álcool em espaços públicos, atos de pichação e vandalismo, conflitos em bares, perturbação do sossego por parte de vizinhos, entre outros.
3) Policiamento de pontos quentes	Com base na identificação de pontos quentes temporários, temporários ou eventuais, que se mantêm ativos ao longo do tempo em locais com uma concentração criminosa. Nesse sentido, a polícia pode aumentar sua proatividade, Agindo de forma antecipada para prevenir crimes e não apenas para prender criminosos posteriormente ao ato.

Fonte: Síntese elaborada pelo autor, a partir da obra “Manual de Segurança Pública Baseada em Evidências: O que funciona e o que não funciona na prevenção da violência/ Alberto Koppittke 2023.

Quadro 04- Programas para enfrentamento do crime homicídio

Problemática: Homicídios

Medida	Descrição
1) Dissuasão focada sobre grupos violentos (Group Violent Intervention - GVI)	Seu objetivo principal é prevenir a propagação da violência desencadeada por grupos agressivos, seja contra indivíduos endividados devido a drogas ou em confrontos e retaliações entre esses grupos. A abordagem concentra-se particularmente nas lideranças desses grupos, com a estratégia visando dissuadir essas facções de envolver-se especificamente em novos casos de homicídios.
2) Gestão por resultados no Brasil	Busca-se a elaboração de indicadores transparentes para a avaliação contínua dos resultados obtidos pelos órgãos de segurança. No início dos anos 2000, a Polícia de Minas Gerais desenvolveu um programa inovador, inspirado no CompStat, que se tornou referência para a implementação de um método bem-sucedido de gestão de segurança pública no Brasil.

Fonte: Síntese elaborada pelo autor, a partir da obra “Manual de Segurança Pública Baseada em Evidências: O que funciona e o que não funciona na prevenção da violência/ Alberto Kopittke 2023.

Quadro 05- Programas voltados para prevenção da violência

Medida	Descrição
1) Programa para reduzir o abandono escolar de mães adolescentes	Uma dimensão significativa da gravidez na adolescência está relacionada ao abandono escolar, o qual impacta negativamente a trajetória de vida das jovens mães, acarretando, por conseguinte, uma série de fatores de risco para o desenvolvimento de seus filhos, estabelecendo assim um ciclo intergeracional. Programas destinados a mitigar esse fenômeno adotam abordagens comuns aos esforços gerais de redução do abandono escolar, oferecendo suporte no processo de aprendizagem. Além disso, essas iniciativas incorporam elementos específicos direcionados às necessidades desse grupo, como a implementação de escolas de educação infantil para garantir um ambiente adequado e propício ao desenvolvimento integral da criança. Essas medidas visam não apenas combater o abandono escolar entre as adolescentes grávidas, mas também criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento saudável e a construção de um futuro mais promissor para as gerações subsequentes.
2) Programas de visitação familiar durante a primeira infância	Atualmente, diversos países implementam programas de visitação direcionados a famílias com crianças de até três anos de idade. Essas iniciativas são conduzidas por equipes de profissionais devidamente capacitados, visando fornecer informações abrangentes, suporte e orientações sobre o desenvolvimento infantil, cuidados básicos essenciais e questões relacionadas à saúde. Além disso, esses programas desempenham um papel crucial na identificação de possíveis casos de violência ou negligência contra a criança. Em sua maioria, essas intervenções são planejadas em regiões economicamente desfavorecidas ou direcionadas a grupos específicos, como mães adolescentes, pais com baixa escolaridade ou pessoas que fazem uso de substâncias entorpecentes. O propósito central dessas abordagens é promover o bem-estar e o desenvolvimento saudável das crianças desde os primeiros anos de vida, contribuindo assim para a construção de uma base sólida para seu futuro. Essas ações não apenas buscam mitigar desafios presentes em contextos vulneráveis, mas também têm o potencial de impactar positivamente as dinâmicas familiares e sociais em longo prazo.

3) Programas de formação Parental	Atualmente, os programas de capacitação para pais representam uma abordagem de política pública adotada em diversos países ao redor do mundo. Essas iniciativas são estruturadas de maneira a serem universalmente acessíveis, sendo implementadas em formato de grupos. O método de instrução deliberadamente utiliza técnicas interativas, como diálogos orientados, dramatizações, análise de pequenos vídeos ilustrativos e a discussão posterior dessas situações. Além disso, incorporam exercícios práticos a serem realizados como tarefas de casa. Os cursos oferecem um conteúdo informativo abrangente sobre o desenvolvimento infantil, explicando as distintas características dos perfis parentais. Adicionalmente, buscam desenvolver metodologias diversificadas, com o propósito de fomentar o controle de impulsos agressivos, promover a integração social, estimular o desenvolvimento cognitivo e fortalecer as habilidades socioemocionais dos participantes. Ao adotar uma abordagem multifacetada, esses programas visam não apenas instruir, mas também capacitar os pais, proporcionando-lhes ferramentas valiosas para promover um ambiente familiar saudável e apoiar o desenvolvimento integral de seus filhos.
-----------------------------------	--

Fonte: Síntese elaborada pelo autor, a partir da obra “Manual de Segurança Pública Baseada em Evidências: O que funciona e o que não funciona na prevenção da violência/ Alberto Kopittke 2023.

Assim, ressalta-se a importância crucial da participação popular e dos programas discutidos anteriormente no âmbito da prevenção de comportamentos violentos. Ao longo das últimas décadas, observou-se um notável avanço nas metodologias preventivas, impulsionado pelo uso de evidências sólidas. Este progresso resultou na formulação de diversas abordagens bem estruturadas e detalhadas, acompanhadas por manuais de alta qualidade e equipes de profissionais devidamente treinadas.

É inegável que os programas de prevenção implementados em territórios marcados por elevados índices de violência desempenham um papel fundamental. Ao adotarem metodologias cuidadosamente elaboradas, esses programas concentram seus esforços em jovens e grupos considerados de alto risco. Os resultados obtidos nesses contextos evidenciam a eficácia dessas iniciativas, demonstrando quedas significativas nos índices de homicídio.

Desta forma, a convergência entre a participação da comunidade, a evolução das metodologias preventivas baseadas em evidências e a implementação eficaz desses programas em áreas vulneráveis emerge como um cenário promissor. Este conjunto de elementos não apenas fortalece a capacidade preventiva, mas também sinaliza a possibilidade concreta de impactar positivamente comunidades afetadas pela violência, contribuindo para um ambiente mais seguro e resiliente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise do conteúdo trabalhado e dos objetivos traçados fica fácil notar a necessidade de enfrentar o aumento preocupante da violência, particularmente no que concerne ao crescimento dos índices de homicídios nos estados do Norte e Nordeste, assim como no Município de Lauro de Freitas, objeto central deste estudo. Diante desse cenário desafiador, destaca-se a importância crucial do município como ente ativo e responsável na formulação e implementação de estratégias eficazes de segurança pública.

Um dos pontos centrais aqui abordados foi o papel fundamental das lideranças comunitárias no enfrentamento da violência e da criminalidade por meio de abordagens preventivas. A integração desses líderes no processo de combate aos crimes, aliada à necessidade de conhecê-los e organizá-los em conselhos comunitários, emerge como uma abordagem promissora para fortalecer a base de segurança local e promover a participação ativa da comunidade.

No contexto mais amplo da segurança no Brasil, evidencia-se uma reorganização significativa das relações intergovernamentais desde meados da década de 1990. O governo federal, assumindo a responsabilidade pelo enfrentamento dos fenômenos da criminalidade e violência, tem promovido a articulação intergovernamental e a descentralização de programas específicos. Esse movimento se alinha com a necessidade premente de adotar uma abordagem de segurança cidadã, destacando a relevância da polícia comunitária, da participação popular e da implementação de programas abrangentes de combate aos crimes em geral, com enfoque específico na prevenção de homicídios.

Assim, este trabalho reforça a importância de uma abordagem integrada e colaborativa, envolvendo diversos atores, para efetivamente combater a violência e promover um ambiente seguro e resiliente para todos os cidadãos.

Em relação as lideranças comunitárias de Lauro de Freitas e sua relação com o poder público no processo de prevenção da violência, a análise abrangente da pesquisa revela uma gama diversificada de percepções e contribuições valiosas sobre a relação entre o poder público e as lideranças comunitárias, especialmente no contexto da segurança pública. Fica evidente que a comunidade reconhece a importância da sua participação ativa na formulação e acompanhamento de políticas

de segurança, destacando a necessidade de uma colaboração mais estreita entre os órgãos estatais e as lideranças locais.

A confiança e credibilidade são pilares fundamentais para uma relação eficaz, e a percepção de perda de confiança nos representantes públicos destaca a urgência de melhorar a transparência e responsabilidade governamental. As sugestões práticas, como a implementação de ouvidorias permanentes, a criação de Conselhos de Segurança e o estabelecimento de canais transparentes de comunicação entre lideranças comunitárias e órgãos públicos, emergem como caminhos promissores para fortalecer a relação entre as partes.

Nesta senda emerge como Recomendações:

- **Fortalecimento dos Mecanismos de Participação Cidadã:** Investir em programas educacionais e informativos que promovam a participação ativa da comunidade na formulação e acompanhamento de políticas de segurança. Estimular o engajamento cívico desde as bases para construir uma cultura de colaboração.
- **Transparência e Responsabilidade Governamental:** Implementar medidas que aumentem a transparência nas ações do poder público, fornecendo informações claras sobre decisões e políticas. Desenvolver mecanismos de responsabilização que garantam a eficácia e eficiência das ações governamentais.
- **Estabelecimento de Conselhos e Ouvidorias Permanentes:** Criar Conselhos de Segurança e Ouvidorias permanentes que facilitem a comunicação entre lideranças comunitárias, a população e os órgãos públicos. Esses canais podem atuar como intermediários, resolvendo conflitos, recolhendo feedback e promovendo a colaboração contínua.
- **Desenvolvimento de Parcerias Estratégicas:** Estimular parcerias entre o poder público, lideranças comunitárias e o terceiro setor. Essas colaborações podem potencializar recursos, conhecimentos e experiências para enfrentar de maneira mais eficaz os desafios complexos relacionados à segurança pública.
- **Capacitação e Desenvolvimento:** Investir em programas de capacitação para lideranças comunitárias e funcionários públicos, visando aprimorar

habilidades de comunicação, negociação e resolução de conflitos. O desenvolvimento conjunto de competências pode fortalecer o diálogo construtivo e a compreensão mútua.

Ao implementar essas recomendações, busca-se construir uma base sólida para uma relação mais colaborativa e efetiva entre o poder público e as lideranças comunitárias, visando a melhoria da segurança e qualidade de vida para todos os habitantes de Lauro de Freitas.

A eficácia no enfrentamento da violência e criminalidade é uma meta complexa que requer a participação ativa de toda a sociedade. Nesse contexto, as associações e conselhos comunitários de segurança emergem como atores fundamentais, possuindo um conhecimento ímpar das dinâmicas locais e estando diretamente conectados às necessidades e preocupações da população. A colaboração entre essas entidades e as autoridades municipais é crucial para a formulação de políticas públicas eficazes, que abordem de forma abrangente as causas estruturais da criminalidade e promovam a prevenção e a segurança comunitária.

A participação ativa das associações e conselhos comunitários de segurança não apenas fortalece a coesão social, mas também amplia a legitimidade e a efetividade das medidas adotadas pelo poder público. Ao envolver os cidadãos diretamente afetados pela violência e criminalidade na elaboração e implementação de políticas, há uma maior probabilidade de que essas políticas sejam bem-sucedidas e realmente atendam às necessidades da comunidade. Além disso, a colaboração entre diferentes atores sociais promove a troca de conhecimentos e experiências, enriquecendo o processo de tomada de decisão e permitindo abordagens mais abrangentes e inclusivas.

Em suma, a construção de cidades mais seguras e resilientes requer uma abordagem integrada, na qual as associações e conselhos comunitários de segurança desempenham um papel central. Ao unir esforços com as autoridades municipais e outros atores relevantes, essas entidades podem contribuir significativamente para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas eficazes, capazes de enfrentar os desafios da violência e criminalidade de forma sustentável e inclusiva.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. **Direito e segurança pública: a juridicidade operacional da polícia: o manual do policial**. Brasília, DF: Ed. Consulex, p. 26, 2003.

BRASIL. **Decreto Federal 88.777, de 30 de setembro de 1983**. Aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D88777.htm>. Acesso em: 16 Dez. 2022.

_____. **Decreto lei 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo penal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em 16 Abr. 2023.

_____. **Lei Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018**. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm>. Acesso em: 15 Abr. 2023.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Imprensa Oficial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 17 Abr. 2023.

_____. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Estatuto do Idoso. Brasília. Imprensa Oficial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 17 Abr. 2023.

_____. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2021**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em: 16 Abr. 2023.

_____. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2018**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/6831-atlasmunicipios2018comp.pdf>>. Acesso em: 17 Abr. 2023.

_____. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança pública 2021**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141atlasdaviolencia2021completo.pdf> htm>. Acesso em: 15 Abr. 2023.

BRODEUR, Jean-Paul. **Policiamento sob medida: um estudo conceitual**. In: **(Org.). como conhecer um bom policiamento: problemas e temas**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, p.25, 2002.

CASTEL, Robert. **A insegurança social; o que é ser protegido?** Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. - Petrópolis, RJ: Vozes, p.55, 2005.

CASTRO, Waldemar Gomes. **Polícia - Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro/ J.M. de Carvalho Santos e José de Aguiar Dias** – vol. XXXVIII, s/ed., Rio de Janeiro: Editor Borsoi, p. 80,1947.

CUNHA, André Luis Santos da; LIMA, Erivania Lorêto de; QUERINO, Nelson da Silva. **Gestão municipal e segurança pública**. 2016.

CHAGAS, José Ricardo. **Os direitos fundamentais e a polícia comunitária**. Ver. Online Conteúdo Jurídico. Disponível em: <www.conteudojuridico.com.br/artigos>. Acesso em 12 abr.2023.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O papel da polícia no regime democrático**. São Paulo: Mageart, p. 77, 1996. Disponível em:<http://meudiariodedireito.blogspot.com.br/2012/12/thomashobbes_17.html>Acesso em 16 Dez22.

DIAS, Patrícia Chame, **A construção da segregação residencial em Lauro de Freitas (BA): estudo das características e implicações do processo** / Patrícia Chame Dias. _ Salvador, 2005.

DUARTE, Evandro C. Piza. **Criminologia & Racismo**: introdução à criminologia brasileira. Curitiba: Juruá, 1ª ed., 2002.

EMSLEY, Clive, **The English Police: A Political and Social History**. Londres, Longman, 1996.

ESPÍRITO SANTO, L. E. do; MEIRELES, A. **Entendendo a nossa insegurança**. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Policiologia, p. 32,2003.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.cddh.org.br/assets/docs/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf>. Acesso em: 15 Dez. 2022.

FREIRE, Moema Dutra. **Paradigmas de segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias**. Revista Aurora, v. 3, n. 1, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre**. Tradução Maria Cristina P. da Cunha Marques. Série Polícia e Sociedade. n. 9. Nancy Cardia (org). São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, p.90, 2003.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco Medeiros. **Metodologia científica na pesquisa jurídica**. 9. ed., rev. e reform. – São Paulo : Atlas, 2017.

HUSSERL, E. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. Porto Alegre; EDIPUCRS, 2008.

KOPITTKKE, Aberto. **Manual de Segurança Pública baseado em evidências: o que funciona e o que não funciona na prevenção da violência**-Passo Fundo: Conhecer, 2023.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. **A gestão da vida e da segurança pública no Brasil**. *Sociedade e Estado*, v. 30, n. 1, 2015.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia comunitária: Construindo segurança nas comunidades**. – Florianópolis : Insular, 2009.

MARENCO, André; STROHSCHOEN, Maria Tereza Blanco; JONER, William. **Para além das sístoles e diástoles: capacidade estatal, receita e polícias nos municípios brasileiros**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10, Belo Horizonte. *Anais do 10o Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. Belo Horizonte, 2016.

MARTINS, J. **Estudos sobre existencialismo, fenomenologia e educação**. São Paulo: Centauro, 2006.

MESQUITA NETO, Paulo de. **Ensaio sobre segurança cidadã**. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin - FAPESP, 2011.

MINAYO, Maria de Sousa. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 30. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2009.

MONET, Jean-Claude, **Polícias e sociedades na Europa**. São Paulo, Edusp, 2001.

MOURA, Maria Aparecida. **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**/ Maria Aparecida Moura (Org.). - Belo Horizonte: UFMG / PROEX, 2011.

MAGNAGO, L. **A política nacional de segurança pública em tempos neoliberais : discursos da 1ª conseq a política nacional de segurança pública em tempos**. 2014.

MOURA, Maria Aparecida. **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**/ Maria Aparecida Moura (Org.). - Belo Horizonte: UFMG / PROEX, 150 p.: il. (Diálogos, 1) 2011.

RATTON, José Luiz et al. *A segurança cidadã em debate*. **Recife: Provisual**, p.20, p.60, 2012.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SCHABBACH, L. M. **A agenda da segurança pública no Brasil e suas (novas) políticas.** In: MADEIRA, Letícia. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Públicas.** Porto Alegre: UFRGS, 2014.

SERRATO, H. R. **Rumo a uma política integral de convivência e segurança cidadã na América Latina: marco conceitual de interpretação-ação.** [s.l.]: Pnud, p. 10, 2007.

TROJANOWICZ,R; BUCQUEROUX,B. **Policiamento Comunitário: como começar.** Rio de Janeiro. **Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**, p.4,1994.

ZARZUELA, José Lopes. **Polícia – Enciclopédia Saraiva do Direito/ coordenação do prof. R. Limongi França.** s/ed., São Paulo: Saraiva, 1977.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DAS LIDERANÇAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA

15/06/2024, 17:52

Questionário: Contribuição das Lideranças Comunitárias para Políticas Públicas de Segurança em Lauro de Freitas/BA

Questionário: Contribuição das Lideranças Comunitárias para Políticas Públicas de Segurança em Lauro de Freitas/BA

Este

questionário integra uma pesquisa do Mestrado Profissional em Segurança Pública, promovido pela Universidade Federal da Bahia em parceria com a Associação Força Invicta, cujo objetivo é analisar a contribuição das lideranças comunitárias para a formulação de políticas públicas de segurança, com ênfase na prevenção da violência, no Município de Lauro de Freitas, Bahia. Sua participação é essencial para enriquecer o debate sobre a interação entre as lideranças comunitárias e o poder público neste contexto. Suas respostas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos.

** Indica uma pergunta obrigatória*



1. Nome Completo *

15/06/2024, 17:52

Questionário: Contribuição das Lideranças Comunitárias para Políticas Públicas de Segurança em Lauro de Freitas/BA

2. Nome da Associação ou Comunidade que representa ? *

3. Tempo de atuação como liderança comunitária ? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Até 1 ano
- ☐ De 2 a 5 anos
- ☐ De 5 a 10 anos
- ☐ Mais de 10 anos

4. Localidade/Bairro de atuação no Município de Lauro de Freitas? *

5. Como o senhor(a) avalia a contribuição das lideranças comunitárias na
formulação de políticas públicas de Segurança, especificamente na prevenção
da violência em Lauro de Freitas ? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Muito Positivo
- ☐ Positivo
- ☐ Neutra
- ☐ Negativo
- ☐ Muito Negativa

6. Quais são, na sua opinião, os principais desafios enfrentados pelas lideranças comunitárias ao tentar influenciar políticas de segurança pública? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Falta de apoio Financeiro
- ☐ Dificuldade de diálogo com o poder Público
- ☐ Resistência da Comunidade
- ☐ Politização das questões de segurança pública
- ☐ Mudanças frequentes nas lideranças políticas e a falta de continuidade nas políticas de segurança pública
- ☐ A desconfiança histórica nas instituições públicas

7. Quais são as questões principais que motivam a atuação da sua Associação ou Comunidade? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Segurança Pública
- ☐ Educação
- ☐ Saúde
- ☐ Meio Ambiente
- ☐ Saneamento básico e infraestrutura
- ☐ Político e Partidárias

8. Como o senhor(a) percebe a representatividade das lideranças comunitárias no Município de Lauro de Freitas? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Muito representativas
- ☐ Representativas
- ☐ Pouco representativas
- ☐ Não representativas
- ☐ Não sei/não opinar

15/06/2024, 17:52

Questionário: Contribuição das Lideranças Comunitárias para Políticas Públicas de Segurança em Lauro de Freitas/BA

9. Como as lideranças comunitárias geralmente interagem com o poder público para discutir e contribuir para políticas de segurança ? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Reuniões presenciais
- ☐ Canais online (e-mail, redes sociais)
- ☐ Audiências Públicas
- ☐ Grupos de trabalhos específicos
- ☐ Consultas Públicas
- ☐ Comitês de Segurança Comunitária

10. Na sua experiencia, quais são os principais resultados desses processos participativos? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Mudanças efetivas em políticas
- ☐ Melhor compreensão dos desafios pela comunidade
- ☐ Ausência de resultados significativos
- ☐ Redução efetiva da criminalidade
- ☐ Resiliência da comunidade diante de desafios
- ☐ Senso de mobilização contínua
- ☐ Ideias inovadoras

11. Agradecemos pela sua participação. Suas respostas são cruciais para a análise estatística desta pesquisa e para a compreensão mais aprofundada das relações entre lideranças comunitárias e do poder público em questões de segurança em Lauro de Freitas. Gostaria de contribuir com mais algum comentário?

APÊNDICE B – OFÍCIO COMANDO DA 81ª CIPM- ITINGA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE ESTUDOS, PESQUISAS E FORMAÇÃO EM
SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA – PROGESP
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E
CIDADANIA

Ofício n.º 1

Salvador, 06 de Dezembro de 2022

Ao: Senhor Maj PM Enaldo Araújo Rodrigues Júnior,

Tendo em vista os trabalhos de pesquisa referentes ao Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, promovido pela Universidade Federal da Bahia em parceria com a Associação Força Invicta, objetivando o aperfeiçoamento dos servidores públicos da corporação, solicito a V. Sª cordialmente, conforme entrevista realizada anteriormente, a disponibilização dos dados das lideranças comunitárias mais presentes no cotidiano da 81 CIPM-Itinga/ Base Comunitária de Itinga, bem como, a relação dos projetos desenvolvidos no âmbito das referidas unidades com a comunidade local .

Respeitosamente,



Gabriel Lima Fraga- CAP PM
Discente

*Recebido em
06/12/2022
Duque de Caxias*



POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
COMANDO DE OPERAÇÕES POLICIAIS MILITARES
COMANDO DE POLÍCIAMENTO DA RMS
81ª COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA MILITAR / ITINGA
BASE COMUNITÁRIA DE SEGURANÇA

Ofício nº 069/BCS/23

Lauro de Freitas, 01 de março de 2023.

“PMBA, uma Força a serviço do cidadão!”

Ao Senhor Gabriel Lima Fraga- Cap PM,

Com cordiais cumprimentos, em resposta ao ofício nº01 datado de 06 de dezembro de 2022, oriundo da Universidade Federal da Bahia, referente ao PROGESP, informo que a 81ªCipm/Itinga, através da sua Base Comunitária de Segurança, dispõe de alguns projetos voltado para a comunidade de Itinga e adjacências, com intuito de prover serviço gratuitos, assistencialismo e prevenção primária de segurança pública, relacionados a tabela em anexo.

No entanto, em relação as lideranças comunitárias, o atual Comandante da BCS-Itinga tem realizado tratativas para iniciar o processo de aproximação através das comissões de Lauro de Freitas.

Desde já reiteramos nossos votos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


ENALDO ARAÚJO RODRIGUES JÚNIOR - MAJ PM
Comandante
Enaldo Araújo Rodrigues Júnior – MAJ PM
Comandante da 81ªCIPM



POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
COMANDO DE OPERAÇÕES POLICIAIS MILITARES
COMANDO DE POLICIAMENTO DA RMS
81ª COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA MILITAR / ITINGA
BASE COMUNITÁRIA DE SEGURANÇA

PROJETOS ATIVOS – BCS/ITINGA 2023

VIDA LEVE / VIVER MELHOR	ATIVIDADE FÍSICA P/ MELHOR IDADE
VIDA LEVE / VIVER MELHOR	GINÁSTICA RÍTMICA
PROJETO - BASE.NET	INFORMÁTICA BÁSICA
PROJETO - LUTA CIDADÃ	DEFESA PESSOAL FEMININO
PROJETO - MÃES QUALIFICADAS E EFICIENTES	OFICINAS P/ MÃES QUE POSSUI FILHOS ESPECIAIS

PROJETOS EM LANÇAMENTO – BCS/ITINGA 2023

PROJETO - EDUCAÇÃO DE BASE	REFORÇO ESCOLAR
PROJETO - ARTE É VIDA	TEATRO
PROJETO – PRIMEIRO SOM	AULAS DE MÚSICA (FILARMÔNICA)

APÊNDICE C – OFÍCIO COMANDO DA 52ª CIPM- LAURO DE FREITAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE ESTUDOS, PESQUISAS E FORMAÇÃO EM
SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA – PROGESP
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E
CIDADANIA

Ofício n.º 2

Salvador, 06 de Dezembro de 2022

Ao: Senhor Maj PM Everton José Monteiro Leal,

Tendo em vista os trabalhos de pesquisa referentes ao Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, promovido pela Universidade Federal da Bahia em parceria com a Associação Força Invieta, objetivando o aperfeiçoamento dos servidores públicos da corporação, solicito a V. Sª cordialmente, conforme entrevista realizada anteriormente, a disponibilização dos dados das lideranças comunitárias mais presentes no cotidiano da 52 CIPM- Lauro de Freitas.

Respeitosamente,


Gabriel Lima Fraga- CAP PM
Discente

Recebido dia 06/12/2022
Car. spo
Geise dos Santos Souza
Soldado 1ª Classe PM
Matrícula: 30.586.522-9



Polícia Militar da Bahia
Comando de Policiamento da Região Metropolitana de Salvador
52ª Companhia Independente de Polícia Militar

Ofício nº 011/03/2023/Subcmdº

Lauro de Freitas, 10 de março de 2023.
PMBA, uma Força a serviço do cidadão!

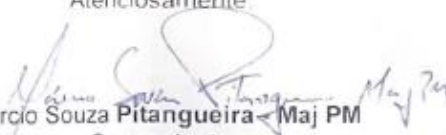
Senhor mestrande,

Em atenção ao Ofício nº 2, informo que a 52ª CIPM/Lauro de Freitas mantém um convívio e uma parceria harmônica entre as lideranças comunitárias e associações de moradores da Cidade de Lauro de Freitas.

Conforme solicitado segue contato telefônico dessas lideranças.

Fiuza (Presidente da AMOVA)	(71) 98790-2213
Dra Janaina (fundadora da AMOVA)	(71) 99601-0501
Celso (Amigos e Moradores de Ipitanga)	(71) 99740-7671
Chan (Associação de moradores Loteamento Jardim do Atlântico)	(71) 99950-0152
Denalise Costa (Grupo de trabalho Vilas)	(71) 98121-6828
Márcio (sociedade amigos do loteamento Vilas do Atlântico)	(71) 99248-5908
Wadson (Associação de moradores)	(71) 99144-2246

Atenciosamente


Marcio Souza Pitangueira Maj PM
 Comandante

Ao Sr
 Gabriel Lima Fraga – Cap PM
 Discente

APÊNDICE D – OFÍCIO CHEFIA DE GABINETE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE ESTUDOS, PESQUISAS E FORMAÇÃO EM
SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA – PROGESP
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E
CIDADANIA

Ofício n.º 3

Salvador, 06 de Dezembro de 2022

Ao: Senhor Lula Maciel- Chefe de Gabinete,

Tendo em vista os trabalhos de pesquisa referentes ao Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, promovido pela Universidade Federal da Bahia em parceria com a Associação Força Invicta, objetivando o aperfeiçoamento dos servidores públicos da corporação, solicito a V. Sª cordialmente, conforme entrevista realizada anteriormente, a disponibilização dos dados das lideranças comunitárias mais presentes no cotidiano do Gabinete da Prefeita de Lauro de Freitas. Na oportunidade, ainda solicito, agendamento para realização de entrevista com a Sra. Prefeita Moema Gramacho.

Respeitosamente,


Gabriel Lima Fraga- CAP PM
Discente

11:45hs
RECEBIDO
GAPRE-PM/F
06/12/22
Marcia Lefrançois
Mat. 95443



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
GABINETE DA PREFEITA**

Ofício nº08/2023 – GAPRE

Lauro de Freitas-BA, 10 de abril de 2023.

Ao Ilmo.

Sr. Gabriel Lima Fraga

Capitão da Polícia Militar do Estado da Bahia

ASSUNTO: Referente Ofício Nº02/2022 – UFBA, com Solicitação de Contatos com Lideranças Comunitárias e Associações, no Município de Lauro de Freitas, para Pesquisa do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública do Discente Gabriel Lima Fraga – CAP/PM.

Cumprimentando-o cordialmente, servimos do presente expediente para encaminhar ao vosso conhecimento, conforme solicitado, para análise e adoção de eventuais providências, contatos de Lideranças Comunitárias e Associações, no Município de Lauro de Freitas, tendo em vista os trabalhos de Pesquisa do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública do Discente Gabriel Lima Fraga – CAP/PM, objetivando aperfeiçoamento dos Servidores Públicos da corporação.

Adalgisa Lucena - 9 8537 3797	Areia Branca
Francisco Orlando - 9 9199 1248	Vida Nova–Associação de Karate-ASFOK
Mirian Santos Castro - 9 9215 1031	Itinga - Associação das Artesãs
Reinald Duarte - 9 9309 0588	Associação dos Food Truk

Ao ensejo, colocamo-nos à disposição no que for pertinente e subscrevo-me, com as devidas considerações.

Atenciosamente,


Luís Maciel de Oliveira
 Chefe de Gabinete